

THIAGO JURADO

**PRODUÇÕES IMAGINATIVAS SOBRE A
HOMOPARENTALIDADE POR MEIO DE
NARRATIVAS INTERATIVAS**

PUC-CAMPINAS

2013

THIAGO JURADO

**PRODUÇÕES IMAGINATIVAS SOBRE A
HOMOPARENTALIDADE POR MEIO DE
NARRATIVAS INTERATIVAS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato

PUC-CAMPINAS

2013

Ficha Catalográfica

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e

Informação - SBI - PUC-Campinas – Processos Técnicos

t155.646 Jurado, Thiago.

J95p Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de
Narrativas Interativas / Thiago Jurado. - Campinas: PUC-Campinas,
2013.

104p.

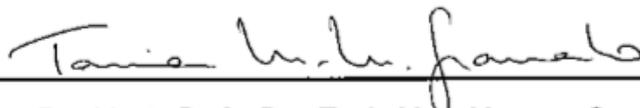
Orientadora: Tania Mara Marques Granato.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

THIAGO JURADO

**PRODUÇÕES IMAGINATIVAS SOBRE A
HOMOPARENTALIDADE POR MEIO DE
NARRATIVAS INTERATIVAS**

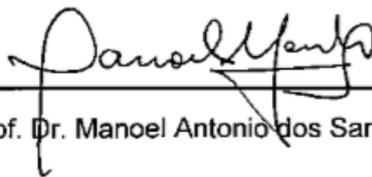
BANCA EXAMINADORA



Presidente Profa. Dra. Tania Mara Marques Granato



Profa. Dra. Tania Maria José Aiello-Vaisberg



Prof. Dr. Manoel Antonio dos Santos

PUC-CAMPINAS

2013

Dedicatória

Dedico esta dissertação primeiramente à minha família: meu avô Olivio Bazotte (in memorian), que com toda sua sabedoria me ensinou a ser um ser humano melhor, minha mãe, minha irmã e meu padrasto. Dedico também a William Monteiro que foi um suporte vital para mim nesses dois anos de mestrado e a todos que lutam por uma sociedade justa e tolerante.

AGRADECIMENTOS

À professora Tânia Granato, por sua atenção, dedicação em momentos conturbados, pela prontidão em plena véspera de Natal, pela noite de sexta perdida corrigindo trabalho, pela elegância em momentos em que seria justificada a deselegância, pelos *feedbacks* positivos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, exercendo assim, um verdadeiro papel de orientadora e mãe científica.

Aos meus companheiros de grupo de pesquisa, Cleber Moraes, Renata Tasca, Michele Aching e Vanildo Paiva que me além de me proporcionarem momentos divertidos durante todo esse processo, contribuíram com colocações interessantes e importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa.

E a todos que contribuíram de forma direta e indireta para que essa pesquisa fosse concluída com êxito!

RESUMO

JURADO, Thiago. *Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de Narrativas Interativas*. 104 p. 2013 Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2013.

Profundas transformações ocorreram na composição familiar, dando origem a novas configurações familiares, porém nenhum dos novos modelos é tão controverso quanto o modelo homoparental. Em nosso país esse novo arranjo tem suscitado preconceito e questionamentos sobre a capacidade de uma família se constituir fora dos padrões tradicionais e ainda assim ser capaz de criar indivíduos saudáveis. Este trabalho tem como objetivo investigar o imaginário coletivo de estudantes de Psicologia a respeito da parentalidade homossexual, uma vez que a homoparentalidade desafia o psicólogo cujos pressupostos teórico-metodológicos tem se mostrado inadequados para atender as demandas da parentalidade contemporânea. Enfatizamos a relevância das pesquisas sobre o imaginário, uma vez que este orienta condutas sociais, profissionais, políticas públicas e leis para a sociedade em geral. O uso das Narrativas Interativas pretende dentro desta proposta de pesquisa qualitativa de orientação psicanalítica restaurar o diálogo na pesquisa, convidando os participantes para que completem uma pequena história fictícia previamente preparada pelo pesquisador. Esse procedimento visa facilitar o movimento associativo dos participantes, a partir do qual são identificados campos de sentido afetivo-emocional que organizam as produções narrativas, a partir da interlocução entre o pesquisador, seu grupo de pesquisa e a literatura científica consultada. Os quatro campos de sentido afetivo-emocional encontrados comunicam o preconceito contra o homossexual e sua suposta cura pelo amor, a questão da normatização das condutas e seu efeito perverso na clínica, o desejo de ter filhos em tempos que pouco tempo temos para eles, além do papel do psicólogo frente às demandas de felicidade e alívio rápido do sofrimento. Esperamos ainda que este estudo contribua para o debate social sobre a homoparentalidade, além da questão homossexual que lhe é implícita e retoma o problema do preconceito em nossa sociedade.

Palavras-chave: Homoparentalidade, Narrativas Interativas, imaginário coletivo, funções parentais.

ABSTRACT

JURADO, Thiago. *Imaginative productions about Homoparenthood through Interactive Narratives*. 2013. 104 p. Dissertation (Masters in Psychology as Profession and Science) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2013.

Profound changes have occurred in the familiar composition, forming then, new family configurations, but none of these news models is so controversial like the homoparental model. In our country this new model has caused prejudices and questions about the ability to provide a family beyond the traditional standards and be able to develop healthy people. This work aims to investigate the collective imagination of the Psychology students about the gay parenting, since Homoparenthood challenges the psychologist whose theoretical and methodological assumptions has proved inadequate to meet the demands of contemporary parenting. We emphasize the relevance of research about the imaginary, because it guides social and professional behaviors, creation of the public policies and laws for the society in general. The use of Interactive Narratives, inserted in a psychoanalytic and qualitative research proposal, aims to restore the dialogue on research, inviting participants to complete a short fictional story previously prepared by researcher. This proceeding is intended to facilitate the associative movement of these participants and identifies the fields of affective-emotional meaning that are the laws governing the production of them. The four fields of meaning fund communicate affective-emocional prejudice against homosexuals and their supposed healing through love, the issue of normalization of the conduct and your perverse effect on clinical, the desire to have children in contemporary times and the role of psychologists meet the demands of happiness and rapid relief of suffering. We hope that this study contributes to a social debate about the Homoparenthood and also the homosexual issue which is implicit and resumes the problem of prejudice in our society.

Keywords: Homoparenthood, Interactive Narrative, collective imaginary, parental roles.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO I: CAMPO TEÓRICO	9
Um breve histórico da família ocidental	10
A função parental	18
Homoparentalidade: uma nova forma de família	23
Alguns apontamentos sobre a homossexualidade e o preconceito.....	29
CAPÍTULO II: CAMPO METODOLÓGICO	37
O método psicanalítico	38
Imaginário e imaginário coletivo	41
Narrativas Interativas como procedimento na pesquisa	43
Participantes.....	45
Considerações éticas	47
CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO DAS NARRATIVAS E ANÁLISE DO GRUPO PILOTO	48
Primeira narrativa do pesquisador	49
Primeira apresentação (grupo-piloto).....	50
Narrativas dos participantes do grupo-piloto	52
Considerações sobre as narrativas do grupo-piloto	55
Segunda narrativa do pesquisador	57
Segunda apresentação.....	58
Terceira apresentação	58
Narrativa dos participantes do grupo principal	60

CAPÍTULO IV: CAMPO ANALÍTICO	75
Narrativa do encontro com o grupo de participantes.....	76
Campos de sentido afetivo-emocional	79
Campo I: O amor supera o preconceito	79
Campo II: É normal ou não? Eis a questão!	82
Campo III: Filhos para quê?.....	85
Campo IV: Psicólogo, O todo poderoso	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	103

APRESENTAÇÃO

A família contemporânea brasileira está em fase de transformação quanto ao seu modelo de organização nuclear tradicional (Silva, 2001). A inserção da mulher no mercado de trabalho, a ampliação do papel paterno para além das tarefas de provedor, o aumento do número de separações conjugais, as uniões não formalizadas, dentre outros arranjos familiares, apontam para adaptações às novas demandas do mundo ocidental.

Porém, um dos mais controversos dentre os novos modelos familiares é a família homoparental¹, uma vez que esta destitui um princípio fundamental na constituição do grupo familiar: a diferenciação sexual (Passos, 2005). Essa diferenciação sexual, anatomicamente falando, é uma questão frequentemente colocada em relação a pais e mães do mesmo sexo. O que amedronta a parcela da sociedade que se opõe a esse tipo de parentalidade, segundo Roudinesco (2003), é a ameaça do desaparecimento da diferença sexual e a incapacidade da elaboração de todas as diferenças simbólicas e imaginárias por parte da criança.

Além disso, outros receios e dúvidas, segundo Amazonas & Braga (2006), são levantados: Será que os filhos dos homossexuais seriam mais propensos a desenvolver distúrbios psicóticos ou adotar comportamentos antissociais? Será que essas crianças correm um risco maior de ser abusadas por adultos?

¹ Homoparental vem de homoparentalidade. A Homoparentalidade é um neologismo usado pela primeira vez em 1997 pela Associação de Pais e Futuros pais Gays e Lésbicas (APGL) na França.

Hoje observamos que mesmo em famílias tradicionais, ou seja, composta de pai, mãe e filho a parentalidade já se apresenta de forma modificada. Para Amazonas & Braga (2006), graças às transformações sociais, culturais e econômicas na sociedade ocidental vemos hoje pais dividindo com as mães os afazeres domésticos, os cuidados e os afetos pelos filhos e, muitas vezes, exercendo uma função maternalizante que até então era considerada como exclusiva da mulher.

Nos Estados Unidos e Canadá é estimado que 10% dos homossexuais estão dispostos na categoria de pais gays e lésbicas. Isso significa que na América do Norte existem de 1 a 5 milhões de mães lésbicas e de 1 a 3 milhões de pais gays (Roudinesco, 2003, p.190).

Na Europa também a homoparentalidade vem se impondo, principalmente na França, onde já existe desde 1998 a associação para pais e mães homossexuais, a Associação de Pais Gays e Lésbicas (APGL), que conta hoje com 1.200 membros (Roudinesco, 2003).

Já no Brasil esse assunto começa a ganhar força na mídia com notícias esporádicas de casais homossexuais que conseguiram adotar uma criança depois de verdadeiras “batalhas” judiciais. Em nosso país esse novo arranjo tem suscitado preconceitos e questionamentos sobre a capacidade de uma família se constituir fora dos padrões tradicionais e ser capaz de produzir indivíduos saudáveis. No centro da discussão estão dúvidas sobre a capacidade de um casal homossexual criar um filho sem influenciá-lo em sua orientação sexual, ou ainda se seria possível que este mesmo casal exercesse as funções paterna e materna, apontadas pela Psicanálise como necessárias

para a diferenciação sexual e para o desenvolvimento emocional saudável da criança.

Diante da afirmação da identidade sexual e do crescimento do movimento gay, Roudinesco (2003) afirma que as aspirações ideológicas desse movimento sobre a constituição da família homoparental através da adoção de criança e técnicas reprodutivas da medicina moderna é esperada e tende a crescer cada vez mais.

Refletindo sobre os motivos dessa reivindicação, Amazonas & Braga (2006) entendem que os homossexuais reivindicam o direito de ter filhos a fim de afirmar suas identidades e diferenças enquanto grupo, e com isso garantir o acesso a bens sociais, pois para as autoras essa demanda é interpretada como um tipo de consumo, tanto de tecnologia como de pessoas. Nesse sentido, um filho se encaixaria na categoria de objeto de consumo (um bem social) a que todos, inclusive os homossexuais, teriam direito. Refletindo sobre o mesmo assunto, Mello (2005) concorda que as lutas pelo reconhecimento jurídico e social da dimensão familiar dos casais homossexuais:

Estão constitutivamente associadas à afirmação/negação do mito da complementariedade dos sexos e dos gêneros, uma vez que a competência moral e social para desempenhar as funções atribuídas à instituição familiar, especialmente do que diz respeito à parentalidade, tem sido restrita ao casal homem-mulher (p.17).

Em expansão, a homoparentalidade já é uma realidade em nossa sociedade, e já aparece nos consultórios de psicólogos da família. Por este motivo acreditamos que investigar o imaginário de futuros psicólogos a respeito

da homoparentalidade teria um grande valor preditivo sobre suas futuras práticas frente a casais homossexuais, bem como orientar práticas acadêmicas no sentido da conscientização desses estudantes sobre os riscos do preconceito. Ampliar os estudos nesta área é, portanto, tarefa necessária quando se objetiva auxiliar os profissionais que trabalham com a família e a população em geral na compreensão deste novo tipo de configuração familiar.

Neste estudo utilizamos como procedimento de Narrativas Interativas, cuja criação tem inspiração psicanalítica e visa facilitar o movimento associativo dos participantes através da elaboração compartilhada de uma história fictícia que narra o drama de um casal homossexual.

Como sugere Le Goff (1985), podemos observar traços do imaginário social em obras literárias e artísticas o que nos permite tomar as narrativas interativas como veículo de expressão dos campos afetivo-emocionais que sustentam nossas crenças, anseios, posturas e preconceitos em relação à homoparentalidade e sua contextualização sócio-histórica.

CAPÍTULO I
CAMPO TEÓRICO



Um breve histórico da família ocidental

As diversas configurações familiares que observamos na contemporaneidade geram uma falta de consenso sobre a própria definição de família. Farias & Maia (2009) situam essa indefinição como o centro da problemática homoparental, no que se refere ao reconhecimento das relações homossexuais e também no reconhecimento da adoção por esse mesmo grupo.

A fim de nos aproximarmos do percurso pelo qual a família se transformou no que poderíamos chamar de modelo caleidoscópico, traçaremos um breve histórico sobre a família no mundo ocidental.

Ao longo da história de sua constituição como entidade social e formadora de um dos mais expressivos grupos de uma sociedade a família vem sofrendo profundas modificações em sua estrutura. No passado havia um modelo único de união aceito pela sociedade ocidental - O modelo patriarcal - que se constituía pela união de um homem e uma mulher a fim de formar uma família. Nesse caso a responsabilidade da educação das crianças ficava a cargo da mãe, enquanto a provisão de recursos básicos para a sobrevivência era reservada ao pai (Roudinesco, 2003). Nesse período, a união do casal era

restrita a garantia da passagem da riqueza e de bens de duas famílias a seus descendentes (Farias & Maia, 2009).

Este modelo se manteve desde a família medieval, passando pela família moderna, perdendo força apenas no contexto da família contemporânea ou dita pós-moderna. A fim de ilustrar como essas transformações ocorreram, acompanharemos a constituição da família desde a era medieval até a pós-modernidade.

Segundo Ariès (1914/1984) a transformação da família ocidental pôde ser percebida na medida em que as relações internas com as crianças foram modificadas. Ariès cita um texto italiano do século XV extraído pelo historiador inglês Furnival² por dar uma ideia bem sugestiva da família medieval, ao menos na Inglaterra, em termos das relações que se estabeleciam entre pais e filhos.

As crianças eram denominadas aprendizes e eram preparadas para a vida adulta por suas respectivas famílias. Permaneciam em casa até sete, oito ou nove anos de idade, quando eram encaminhadas para outras famílias para que fizessem os serviços domésticos destas. Nesse contexto o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, sendo este uma forma de educação muito comum na Idade Média. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, toda a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir.

²A *Relation of the island of England*, Camden Society, 1987, p. XIV, citado em *The Babees Books* publicados por F. J. Furnival, Londres, 1868

Neste período a família, à qual Roudinesco (2003) chama de “tradicional”, teria como função assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos eram arranjados pelos pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos fosse levada em conta. Nesta perspectiva, a célula familiar repousava em um mundo imutável, sendo submetida a uma autoridade patriarcal.

Ariès, (1914/1984) observa que a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental, já que a criança, desde muito cedo, escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta, o que nem sempre acontecia. Portanto, a família não podia desenvolver um sentimento existencial profundo entre pais e filhos, o que dificultaria essa separação quase compulsória.

Porém, seguindo a argumentação de Ariès (1914/1984), a partir do século XV as realidades e os sentimentos da família se transformariam. Dessa época em diante a educação passaria a ser fornecida cada vez mais pela escola. A escola deixava então de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal de iniciação social. Muitas crianças frequentavam escolas distantes, embora no século XVII ainda se discutisse as vantagens de se enviar as crianças para os colégios. Muitos defendiam a tese de uma maior eficácia na educação oferecida em casa.

Segundo Ariès (1914/1984), o afastamento da criança do lar para frequentar a escola não tinha o mesmo caráter e nem durava tanto tempo quanto a separação do aprendiz em relação à sua família. A criança não chegava a ficar em regime de internato na escola, pois ela morava em um

pensionato próximo à escola, ou na casa de seu mestre, até completar a sua formação.

A substituição do lar, como local de aprendizagem, pela escola exprime, de acordo com Ariès (1914/1984), uma aproximação por parte da família e das crianças do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A partir daí a família passa a concentrar sua atenção na criança.

A conseqüente proliferação das escolas correspondia à necessidade de educação teórica, a qual substituía as antigas formas práticas de aprendizagem, além do desejo dos pais de manter as crianças por perto o maior tempo possível (Ariès, 1914/1984). Essa transformação radical da família, que passa a se concentrar no desenvolvimento e bem estar da criança, confunde-se com o surgimento de relações sentimentais entre pais e filhos. Neste período surge toda uma iconografia da família em torno do casal e das crianças, atestando esse fenômeno.

Para Ariès (1914/1984), o clima sentimental agora era completamente diferente e mais próximo ao da sociedade ocidental atual, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola.

Já no Brasil, que sofria grande influência da Europa (Século XVI e XVII), já se podiam constatar na colônia algumas características de padrões familiares mais comuns: os papéis sociais bem definidos eram observados nas famílias de elite, ou seja, com base no patriarcado a mulher era submissa ao marido e responsável pela educação dos filhos e afazeres domésticos, enquanto o marido era o provedor da casa e trabalhava para isso (Farias &

Maia, 2009). Ainda para as autoras a família brasileira, além de ser caracterizada pela autoridade patriarcal, também era conhecida por ser extensa, isto é, um casal tinha muitos filhos, porém esse tipo de configuração não predominou por muito tempo. Em São Paulo, no ano de 1836, apenas 35% das famílias eram consideradas extensas (4 ou mais filhos).

Neste período os escravos que antes trabalhavam na agricultura no Nordeste começaram a migrar para trabalhar nas minas de ouro nas regiões Sul e Sudeste. As mulheres deixaram o âmbito doméstico para trabalharem, pois os padrões impostos pela colonização começaram a ficar difíceis de manter por boa parte da população (Samara, 2002).

Para Mello (2005) o que chamamos hoje de “sentimento de família” desenvolveu-se na Europa no período do século XV ao XVIII. O casamento não visava exclusivamente a garantia dos laços de linhagem e de patrimônio, norteando-se também por um novo objetivo: o de assegurar de maneira afetuosa a socialização da criança. A família deixa de ser apenas uma instituição do direito privado que visava unicamente a transmissão dos bens e do nome, como afirmam Roudinesco (2003) e Ariès (1914/1984) e passa a assumir uma função moral e espiritual, encarregando-se da formação dos corpos e das almas de suas crianças.

A família dita “moderna”, modelo que se impõe entre o final do século XVIII e meados do século XX, fundada no amor romântico, sanciona a reciprocidade dos sentimentos carnis por intermédio do casamento. O casamento arranjado deixa de ser hegemônico, emergindo, então, essa ideia

inovadora de união e organização familiar, que atravessa todas as classes sociais no Ocidente.

Nesse período, afirmam Moguillansky & Nussbaum (2011), a modernidade com o seu antropocentrismo ainda colocava o homem na posição central, não fazendo o mesmo com a mulher, que ainda figurava em segundo plano. Portanto, podemos perceber a longa permanência do modelo patriarcal, já presente na idade Média, no contexto da família tradicional. Göran (2006) afirma que o pai nessa época tinha o poder de vida e de morte sobre todos os membros que compunham a família.

A família moderna da segunda metade do século XIX e meados do século XX passa a se estruturar a partir da concepção freudiana do complexo de Édipo (Roudinesco, 2003). Essa família edipiana, que se funda no assassinato do pai pelo filho que deseja a mãe, começa a desafiar a autoridade patriarcal. Da mesma forma, as filhas iniciam os seus questionamentos na tentativa de romper com a autoridade materna e alcançar a emancipação sexual. Da perspectiva psicanalítica, portanto, o amor e o desejo, o sexo e a paixão estavam fundamentalmente presentes nesse novo momento do matrimônio.

E finalmente, a partir da década de 60, impõe-se o modelo da família “contemporânea”, ou pós-moderna, que une ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos que têm como objetivos de uma relação afetiva a busca de realização sexual em suas relações íntimas, ou seja, a união dura enquanto durar o amor e o prazer.

Com as transformações econômicas e políticas, como o fim da Segunda Guerra Mundial, a revolução industrial e a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho (Amazonas & Braga, 2006), a autoridade paterna, imposta pela força, vai progressivamente perdendo espaço e surge a reivindicação de uma paternidade, de acordo com a qual é esperado um pai amoroso e amado, tolerante e respeitador (Roudinesco, 2003).

Göran (2006) situa o declínio do patriarcado a partir de 1900, quando começa a ceder espaço para outros poderes que influenciavam na família, como, por exemplo, o poder do estado, da ciência e da medicina (Costa 1983). Para Flaquer (1999) essa queda do poder masculino é uma das mudanças mais significativas que ocorreram no fim do século XX.

A instituição amorosa, que teve tanto prestígio na modernidade, está em crise na pós-modernidade. As configurações familiares da pós-modernidade, ou melhor dizendo, formas que pretendiam conservar a aspiração de felicidade em relações que seriam proibidas pelos padrões da mentalidade moderna, emergiram ao mesmo tempo em que foram se consolidando, conquistando inclusive um reconhecimento social e jurídico na contemporaneidade (Moguillansky & Nussbaum, 2011).

Para Moguillansky e Nussbaum (2011) uma parcela considerável das famílias atuais são famílias agrupadas ou pluriparentais (confluência de diversas famílias que se unem), ou famílias recompostas que são arranjos de famílias pré-existentes em uma nova, contemplando os filhos de cada um dos cônjuges anteriores ou posteriores à união atual, ou ainda, as famílias

monoparentais que são compostas de pais solteiros, dentre outras que estão surgindo como é o caso da homoparental.

A partir desse pequeno histórico da família nos perguntamos sobre a sua função. Prado (1981) e Uziel (2002) consideram que a família tem o papel de proporcionar o primeiro contato com as regras sociais, desenvolver a afetividade, reproduzir padrões culturais para os indivíduos, funcionando como um *agente socializador*.

Tendo como base as funções da família apontadas acima, devemos nos questionar por que um casal homossexual não seria capaz de educar uma criança no sentido de que esta se desenvolvesse naturalmente? Peres (2006) acredita que um casal homossexual é plenamente capaz de cuidar de uma criança, tarefa que independe do sexo biológico. Se o fato de não poderem conceber filhos biologicamente fosse um empecilho para o reconhecimento de um casal homossexual como uma família, os casais heterossexuais que fossem inférteis também não poderiam ser reconhecidos como tal (Peres, 2006; Maldonado, 2001).



A função parental

Roudinesco (2003) retrata a diferença entre *pater* e *genitor*, presente no direito romano, segundo o qual *pater* é aquele que se designa a si mesmo como pai de uma criança por adoção, ou aquele que a conduz pela mão, enquanto *genitor* faz referência filiação biológica, que pode ser totalmente desconsiderada, caso não seja seguida da designação pelo gesto ou pela palavra, ou seja, só se pode ser pai ao legitimar um filho como natural, quer se trate de filiação biológica ou não.

No mesmo sentido Cadoret (2003) afirma que o nascimento de uma criança não basta para fazer de seus progenitores pais dessa criança. O nascimento e o parto que são eventos físicos devem-se transformar em filiação, em um fenômeno social.

A prática da parentalidade consiste de um conjunto de tarefas cotidianas, ou seja, a parentalidade não é necessariamente relacionada com o gênero (Levy, 2011). Desse ponto de vista, a parentalidade pode ser vista como uma questão complexa feita de tarefas “simples”. A partir da clínica observamos que em casais heterossexuais há mães que exercem mais a função paterna e pais que exercem mais a materna. Essas funções normalmente são intercambiáveis entre os pais (Kehl, 2001), podendo ser exercidas pelo pai ou pela mãe conforme o momento, ou tornar-se a via

preferencial de expressão para um dos membros do casal parental, que assume predominantemente a função materna ou paterna.

Partindo dessas observações pressupomos que uma pessoa, independentemente de seu gênero ou orientação sexual, possa exercer essas funções de modo a facilitar o desenvolvimento físico, psicológico e social de uma criança, de forma natural e sadia. Podemos pensar então a parentalidade como construção social que pode ou não acompanhar a biologia.

Seria então a parentalidade concebida como um rol de funções maternas e paternas? Para elucidar essa questão, do ponto de vista da Psicologia, faremos uso da psicanálise, e mais precisamente da teoria do cuidado materno e paterno proposta por Winnicott, como fio condutor.

Para desempenhar uma função materna suficientemente boa não é necessário ser a mãe biológica, pois muitos pais podem desempenhar tal função de maneira até mais satisfatória que algumas mães biológicas (Winnicott 1964/1982).

Winnicott (1964/1982) chama a atenção para o caso das mães adotivas que ao oferecer um ambiente de continuidade e estabilidade ao bebê, podem compensá-lo em relação a um início de vida mais difícil. Para ele o bebê que é alimentado por uma mamadeira desde o seu início de vida enfrenta muitas dificuldades, porém será capaz de ser alimentado por uma série de pessoas solícitas sem que isso lhe provoque muita confusão. Essa afirmação é importante para Martinez & Barbieri (2011), pois elas acreditam que há uma desconstrução em parte da ideia de que toda criança adotiva estaria

predisposta a desenvolver doenças do self pelo início de vida difícil e conturbado.

De acordo com a visão winnicottiana para que uma criança cresça de forma sadia e natural é necessário que seus pais construam um lar e sejam responsáveis por este e que cumpram suas respectivas funções em termos do cuidado físico e emocional de seus filhos, de modo a facilitar a realização do potencial que os constitui ao nascer. Uma mãe suficientemente boa, se amparada por um marido dedicado, será capaz de atender as necessidades básicas de seu bebê, contribuindo para o seu desenvolvimento emocional e sua futura participação na sociedade.

Bons pais comuns constroem um lar e mantêm-se juntos, provendo então uma razão básica de cuidados à criança e mantendo, portanto, um contexto em que cada criança encontra gradualmente a si mesma (seu self) e ao mundo, em uma relação operativa entre ela e o mundo. (Winnicott, 1957/1999 p.118).

Segundo Winnicott (1956/2000) a mãe desenvolve um estado de sensibilidade, nomeado por ele de preocupação materna primária, o qual atinge seu ápice no final da gravidez e nas primeiras semanas após o parto. Essa condição psíquica poderia ser comparada a um estado de retraimento ou de dissociação ou a uma fuga, ou mesmo a um distúrbio num nível mais profundo, como por exemplo, um episódio esquizóide, onde um determinado aspecto da personalidade toma o poder temporariamente. Muitas mulheres são boas mães em todos os outros aspectos, e levam uma vida rica e produtiva, mas não têm a capacidade de contrair essa “doença normal” que lhes possibilitaria a

adaptação sensível e delicada às necessidades do bebê já nos primeiros momentos de vida.

Seguindo a elaboração winnicottiana é necessário que a mãe esteja nesse estado de sensibilidade para que consiga se colocar no lugar do bebê e assim suprir as necessidades de seu filho, que *a priori* são corporais, mas gradualmente vão se tornando egóicas, à medida que a elaboração imaginativa das experiências físicas emerge como psicologia (Winnicott, 1949/2000).

Segundo Winnicott (1960/1990) um cuidado parental satisfatório se dá em três estágios: o primeiro é o *Holding*, termo utilizado para significar não apenas o segurar físico de um lactente, mas também a provisão ambiental total; o segundo se compõe pela mãe e o lactente vivendo juntos. Nessa fase a função do pai se resume a lidar com o ambiente para a mãe, não sendo ainda reconhecido pelo bebê; e a terceira etapa reúne pai, mãe e lactente vivendo juntos.

O cuidado materno para Winnicott (1967/1975) se divide em três elementos básicos para que o bebê conquiste a sua integração, são eles: o segurar (*holding*), o manejar (*handling*) e a apresentação dos objetos (*object-presenting*). Segurar o bebê de modo confiável, manejá-lo delicada e afetivamente, apresentando a realidade de tal maneira que sua experiência legítima de onipotência não seja violada resultaria na capacidade do bebê usar o objeto e sentir-se como se esse objeto fosse criado por ele.

É na fase de *holding* que o lactente desenvolve o processo primário, identificação primária, autoerotismo e narcisismo primário e neste estágio ele necessita, e na realidade consegue uma provisão ambiental que satisfaça as

necessidades fisiológicas que ainda não estão separadas da psicologia (Winnicott 1990/1960).

Martinez e Barbieri (2011) ainda afirmam que ao longo da obra de Winnicott há uma oscilação entre duas posições relacionadas ao cuidado materno-infantil. A primeira delas seria a preparação biológica da mãe para o cuidado da criança, e a segunda, a que envolve um questionamento da associação entre biologia e disposição afetiva para o cuidado, o que leva a conclusão de que mães adotivas possam viver de forma bastante satisfatória a preocupação materna primária.

E o pai? Qual seria a sua função? Winnicott (1967/1975) afirma que o pai é importante "... para ajudar a mãe a sentir-se bem em seu corpo e feliz em seu espírito. Uma criança é realmente sensível às relações entre seus pais" (p.129). E o autor continua a desenvolver suas ideias sobre a figura paterna como sustentação para a figura materna:

A segunda coisa é o pai ser necessário para dar à mãe apoio moral, ser um esteio para a sua autoridade, um ser humano que sustenta a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança. Ele não precisa estar o tempo todo em casa para cumprir essa missão, mas tem de aparecer com bastante frequência para que a criança sinta o pai um ser vivo e real (Winnicott 1975 p.129)

Ainda de acordo com Winnicott (1975 p.130) "... a criança precisa do pai por causa das suas qualidades positivas e das coisas que o distinguem dos outros homens, bem como a vivacidade de que se reveste a sua personalidade". Para ele quando o pai e a mãe aceitam facilmente a

responsabilidade pela existência de uma criança, o cenário para um bom lar está montado.



Homoparentalidade como modalidade familiar

Como citado anteriormente, dentre as novas modalidades de família uma das mais polêmicas é a homoparental, aquela família que é composta por um casal homossexual e seus filhos. A possibilidade jurídica de que casais homossexuais adotem um filho, aliada às novas técnicas da Reprodução Humana Assistida é hoje uma proposta polêmica (Faiman, 2010). A origem desse novo modelo familiar remonta à segunda metade dos anos 60 e início dos anos 70, quando gays e lésbicas da costa da Califórnia sentiram a necessidade de se tornar pais, inaugurando essa nova organização familiar (Roudinesco, 2003).

Este modelo de família vem gerando controvérsia ao demandar o reconhecimento social, pelo menos no Ocidente, fato que a torna visível enquanto alternativa familiar legítima, também no contexto da sociedade brasileira.

A homoparentalidade enquanto processo de afirmação se deu em três períodos, sendo o primeiro deles quando os filhos de um casal homossexual

eram fruto de relacionamento heterossexuais anteriores à relação homoafetiva, o que se deu entre as décadas 70 e 80. Em seguida nos anos 80 e 90, graças à evolução da medicina, lésbicas passaram a engravidar por meio de inseminação artificial, abrindo assim espaço para o terceiro momento desse processo, quando homossexuais masculinos começaram a seguir o exemplo das lésbicas e tiveram filhos por meio de adoção ou de barrigas de aluguel (Auerbach & Silverstein *apud* Uziel, 2007).

Patterson (2005) afirma existirem três preocupações em relação à adoção por casais homossexuais que são historicamente associadas com a decisão judicial e as políticas públicas que regem a assistência social e a adoção: a primeira delas é baseada na crença de que homossexuais são mentalmente “doentes”; a segunda é relativa ao imaginário de que mulheres lésbicas são menos maternas que as heterossexuais e a terceira se apoia na ideia de que as relações homossexuais deixariam pouco tempo de interação com os filhos. Sabemos que psiquiatras e psicólogos não consideram a homossexualidade um distúrbio mental. A fim de desmitificar essa primeira preocupação, Patterson (2005) recorda a exclusão da homossexualidade da lista de doenças da Associação Americana de Psiquiatria (APA), declarando então que a homossexualidade não implica prejuízo no julgamento, confiabilidade, ou capacidades profissionais.

A crença de que gays e lésbicas não podem ser pais suficientemente bons não tem embasamento empírico. Segundo Patterson (2006) estudos feitos nos Estados Unidos com filhos de mães divorciadas lésbicas e mães divorciadas heterossexuais apontaram para a ausência de diferenças significativas entre essas crianças. Esta conclusão foi importante para

confirmar a ideia de que a orientação sexual dos pais não determina a dos filhos. Segundo a autora o mais importante é a qualidade diária de interação entre pais e filhos e a relação que ambos têm entre si.

Ainda de acordo com as pesquisas citadas por Patterson (2005), esta relata que as lésbicas tendem a dividir mais os afazeres domésticos criando assim uma interação familiar satisfatória, mostrando-se mais satisfeitas que as heterossexuais em sua relação conjugal, criando assim um ambiente menos conflituoso. O mesmo resultado foi observado com pais gays (Johnson & O'Connor, 2002). Alguns destes resultados sugerem que a parentalidade homossexual pode até ser superior que a dos correspondentes heterossexuais.

Faiman (2010) recorda que durante a Segunda Guerra na Europa (Século XX), as mulheres tiveram que ocupar postos de trabalho deixados vagos pelos homens enviados para as frentes de batalha. Este ingresso feminino na vida produtiva limitou a participação das mulheres em tarefas domésticas e impulsionou uma série de mudanças, tanto na estrutura da sociedade quanto nos vínculos familiares, favorecendo o nascimento de configurações familiares alternativas, inclusive a homoparental.

Embora na sociedade ocidental a homossexualidade seja menos questionada e a postura da sociedade frente aos casais homossexuais mais liberais graças à série de campanhas de conscientização do preconceito, paralelamente às contribuições da ciência no estudo dessa temática, a homoparentalidade ainda não encontra legitimidade, visto que segundo a ordem simbólica vigente somente casais heterossexuais podem ter filhos (Roudinesco, 2003). Atualmente são poucos os lugares do mundo em que os

direitos dos homossexuais se equiparam aos direitos de heterossexuais, no que se refere à adoção de uma criança ou à utilização das novas técnicas reprodutivas (Faiman, 2010).

Para Passos (2005), o casal homossexual que deseja ter filhos enfrenta o desafio de encontrar uma forma menos dolorosa para a realização dos seus desejos, pois a impossibilidade de gerar filhos exige um trabalho psíquico que envolve em principio duas questões centrais. A primeira se refere às contradições vividas por cada membro do casal que, se por um lado deseja ter filhos, por outro se sente impedido de gerá-los biologicamente. A segunda questão levantada por Passos diz respeito ao esforço empreendido pelo casal no sentido de encontrar uma forma de conceber esse filho.

Alinhado ao pensamento de Passos (2005) sobre a impossibilidade biológica dos casais homossexuais gerarem seus próprios filhos, Wainer (2010) argumenta que para a constituição da psicosexualidade da criança cujo lar é homoparental, torna-se fundamental o conhecimento que é passado pelo casal homossexual sobre a existência dos dois sexos e suas respectivas funções para a concepção biológica.

Para Faiman (2010) a homoparentalidade confronta a teoria do Édipo. O autor propõe buscar a razão inconsciente da forte rejeição social frente a este novo modelo familiar, examinando a teoria edípica que consiste em um dos pilares da psicanálise. Conhecer-se como um ser mortal e saber da existência de dois sexos são os limites que o homem enfrenta. Para linhas conservadoras da Psicanálise, um filho representa a busca de uma garantia de perpetuação, de modo a viver no filho, no filho do filho e assim eternamente, mas para que

esse objetivo seja alcançado torna-se necessário encontrar um parceiro do sexo oposto. Neste sentido a homoparentalidade confronta a Psicanálise mais clássica em sua demanda de reconhecimento na contemporaneidade.

Segundo a elaboração de Faiman (2010) um casal homossexual estaria dramatizando, para quem lhes nega o direito de paternidade, aquilo que permanece oculto na tragédia grega, a luta entre Layo e Jocasta pela posse do filho. Dessa maneira, assim como na tragédia de Sófocles, a exclusiva posse do filho apareceria concretizada na figura da homoparentalidade.

Estas fantasias arcaicas de onipotência ressalta ainda Faiman (2010), correspondem a desejos muito profundamente reprimidos no “inconsciente universal”. A ordem social necessita que tais fantasmas não cedam à consciência e sua atualização pode gerar o sentimento de repugnância das pessoas que organizam marchas agressivas de protestos em países em que a adoção homoparental está sendo legalizada.

Sendo assim, as razões explicitadas pelos movimentos sociais que desaprovam a família homoparental se fundamentam na afirmação de que a paternidade e a maternidade não podem ser sustentadas adequadamente por um casal homossexual, justificando-se pelo comprometimento dos processos identificatórios do filho, não levando em conta que a formação da identidade não depende unicamente da família nuclear (Faiman, 2010).

Contrariando argumentos preconceituosos, Faiman (2010) considera que na homoparentalidade o processo de legalização imposta pela estrutura edípica estaria atendido, uma vez que a criança tem no casal de pais a figura

materna e paterna preservadas, ainda que sejam do mesmo sexo, e isto lhe garante não ficar fatalmente restringida a uma relação didática.

Rotenberg & Wainer (2011) trazem como epígrafe que introduz seu trabalho as palavras de Joyce McDougall, ilustrando o olhar do profissional que é livre de preconceito: *“o mais importante não é o homoparental ou o heteroparental e sim a capacidade de ser pai. Isso que conta, a capacidade de amar a criança, de educá-la para que possa se transformar em um sujeito”*.



Alguns apontamentos sobre o preconceito e a homossexualidade

Apropriando-se do grego *Homos* (igual) o termo homossexualidade foi criado pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert para designar todas as formas de amor entre pessoas que possuem o mesmo sexo. Essa denominação se impôs entre 1870 e 1910, progressivamente, em países ocidentais substituindo assim outras designações que caracterizavam essa forma de amar (Roudinesco & Plon, 1997-1998).

A partir do século XIX a medicina incluiu a homossexualidade em seu rol de doenças como uma doença orgânica de caráter genético ou biológico. Já no início do século XX, a Psicanálise sinaliza uma visão menos moralista a respeito da homossexualidade (Lacerda, Pereira & Camino, 2002), embora Freud (1905/2006) considerasse a homossexualidade como sendo um distúrbio no desenvolvimento da sexualidade.

Freud (1921/2006) define a homossexualidade masculina dizendo que o “jovem na puberdade, depois de intensa fixação em sua mãe na infância, ao invés de abandonar a mãe na procura de outro objeto se identifica com ela e procura objetos em que possa substituir o seu ego para ele. Objeto aos quais ele possa amar como foi amado pela mãe” (p. 118). Para Freud (1905) a

homossexualidade seria uma perversão ou uma inversão, alinhada a outras patologias tais como: fetichismo, sadismo, masoquismo, ou a pedofilia, zoofilia e etc.

No que diz respeito à homossexualidade Freud sempre teve uma visão progressista. Em uma carta escrita em resposta a uma mãe americana, Freud sustenta um discurso à frente de seu tempo a respeito da homossexualidade. A seguir são apresentados trechos comentados do “*Letter to an American mother*” escrito por Freud em 1935 e publicado pelo *American Journal of Psychiatry* em 1951.

Dear Mrs. X

*I gather from your letter that your son is a homosexual. I am most impressed by the fact that you do not mention this term yourself in your information about him. May I question you, why do you avoid it?*³(p.787).

Nesta primeira parte da carta vemos como Freud percebe pelo discurso da mãe que se tratava de um rapaz com fortes tendências homossexuais. Freud se surpreende com o fato da mãe ter ocultado o termo homossexual em sua carta, o que já é uma interpretação, e questiona seus motivos, levando-a a refletir.

Homosexuality is assuredly no advantage, but it is nothing to be ashamed of, no vice, no degradation, it cannot be classified as an illness; we consider it to be a variation of

³ Percebi por sua carta que seu filho é homossexual. Eu estou muito impressionado com o fato de você não ter mencionado esse termo nas informações sobre ele. Posso te perguntar por que você ocultou isso? (tradução livre do autor)

the sexual function produced by certain arrest of sexual development. Many highly respectable individuals of ancient and modern times have been homosexuals, several of the greatest among them (Plato, Michelangelo, Leonardo da Vinci, etc.). It is a great injustice to persecute homosexuality as a crime, and cruelty too. If you do not believe me, read the books of Havelock Ellis⁴. (p.787).

Já aqui Freud afirma que ser homossexual pode não ser uma vantagem, mas que tal condição não é motivo para se envergonhar, não se tratando de vício, degradação ou doença. Ele cita grandes pensadores como Platão, Michelangelo, Da Vinci como exemplos de homossexuais bem sucedidos, o que o leva a concluir que é uma grande injustiça perseguir a homossexualidade como se se tratasse de um crime.

By asking me if I can help, you mean, I suppose, if I can abolish homosexuality and make normal heterosexuality take its place. The answer is, in a general way, we cannot promise to achieve it. In a certain number of cases we succeed in developing the blighted germs of heterosexual tendencies which are present in every homosexual, in the majority of cases it is no more possible.

⁴ Homossexualidade seguramente não é uma vantagem, mas não há nada de que se possa envergonhar. Não é um vício ou uma degradação e não pode ser classificada como uma doença; nós consideramos como uma variação da função sexual produzida por certo bloqueio do desenvolvimento sexual. Muitos indivíduos respeitáveis de épocas antigas e contemporâneos foram homossexuais, alguns dos maiores dentre eles (Platão, Michelangelo, Leonardo da Vinci, etc.). É uma grande injustiça perseguir a homossexualidade como um crime e é cruel também. Se você não acredita em mim, leia os livros de Havelock Ellis. (tradução livre do autor)

It is a question of the quality and the age of the individual. The result of the treatment cannot be predicted⁵.(p.787).

Freud se coloca diante da impossibilidade de uma conversão sexual, além da falta de garantia de que um tratamento como a psicanálise pudesse reverter uma tendência como essa.

What analysis can do for your son runs in a different line. If he is unhappy, neurotic, torn by conflicts, inhibited in his social life, analysis may bring him harmony, peace of mind, full efficiency, whether he remains a homosexual or gets changed. If you make up your mind that he should have analysis with me (I don't expect you will!!!) he has to come over to Vienna. I have no intention of leaving here. However, don't neglect to give me your answer.

Sincerely yours with kind wishes,

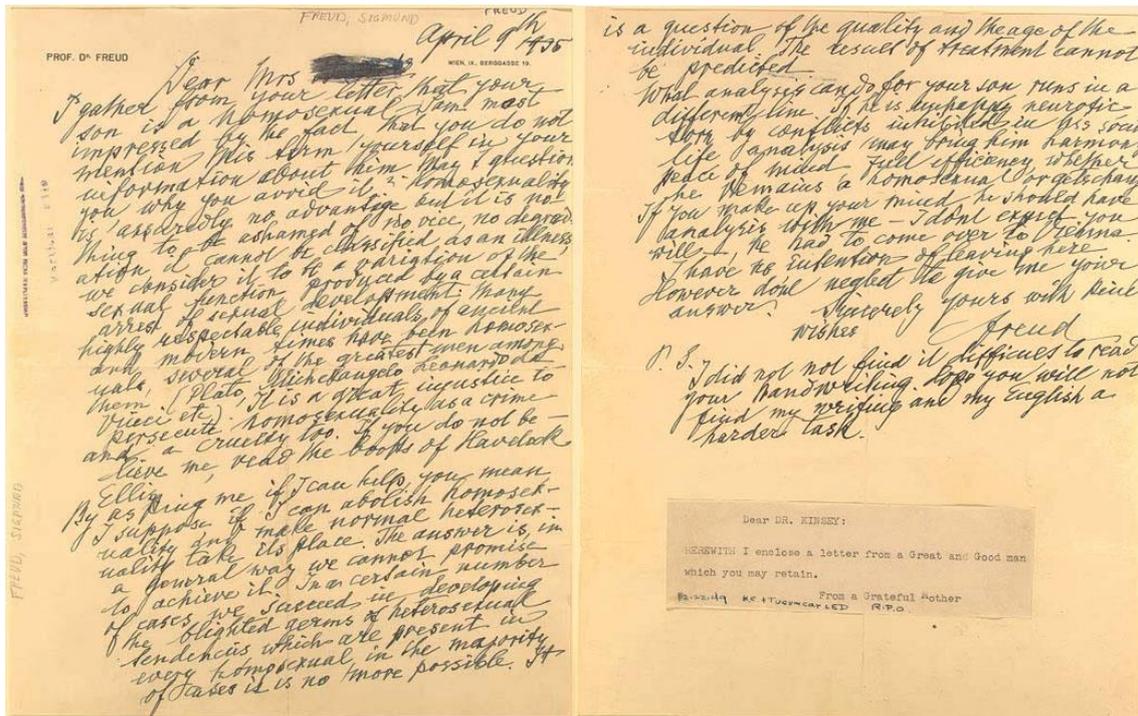
Freud⁶. (p.787)

Neste último parágrafo Freud salienta que no caso de uma análise com o rapaz esta seguiria uma linha distinta daquela que objetiva a transformação da homossexualidade. O tratamento psicanalítico seria benéfico, caso o rapaz estivesse infeliz, neurótico, dilacerado por conflitos, inibido em sua vida social,

⁵ Se você está me pedindo ajuda é porque acredita que eu possa abolir a homossexualidade e fazer com que a heterossexualidade normal tome seu lugar. A resposta para isso de modo geral, é que não podemos prometer isso. Em alguns casos nós fomos bem sucedidos no desenvolvimento de tendências heterossexuais que estão presente em todo homossexual, mas na maioria dos casos isso não é mais possível. É uma questão de qualidade ou da idade do individuo. O resultado não pode ser previsto. (tradução livre do autor).

⁶ O que a análise pode fazer para seu filho sugere um curso diferente. Se ele está infeliz, neurótico, cheio de conflitos, inibido em sua vida social, a análise pode trazer para ele harmonia, paz de espírito e muita eficiência permanecendo ele homossexual ou não. Caso você mude de ideia de que ele deva fazer análise comigo (eu não espero que você mude) ele deve vir a Viena. Eu não tenho intenção de sair daqui. De qualquer maneira, não deixe de me dar sua resposta. Atenciosamente, Freud. (Tradução livre do autor).

trazendo-lhe harmonia, paz de espírito e eficiência. Ao final, Freud se coloca à disposição da mãe, caso ela mudasse de ideia, porém manifesta a expectativa de que ela não adote esse caminho (transformação da homossexualidade do filho). Despede-se, pedindo uma resposta à sua carta.



Carta de Freud a uma mãe americana (1935) publicada no American Journal of Psychiatry (1951).

Apesar dessa visão progressista que se opõe às primeiras publicações de Freud, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) publicou em 1952 o seu primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), no qual a homossexualidade é incluída como um transtorno. Porém, os profissionais da área médica acreditavam não ser correto classificar a homossexualidade como transtorno mental, apoiando-se na justificativa de que os estudos financiados pelo Instituto Nacional de Saúde Mental dos Estados Unidos para comprovar a homossexualidade como sendo uma patologia não

atingiram tal objetivo. Em decorrência da falta de evidência científica a APA retirou a homossexualidade do DSM-II, em 1973, afirmando que esta não causaria nenhum prejuízo ou falta de capacidades sociais ou vocacionais (Vieira, 2011).

Nas últimas décadas temos assistido a um crescente movimento pela descriminalização do amor entre pessoas do mesmo sexo, porém a dimensão do discurso de grupos religiosos que legitimam o sexo heterossexual como sendo a única forma aceita pela sociedade, bem como de grupos que agem movidos por premissas preconceituosas baseadas ainda é impactante.

Badinter (1993) argumenta que avanços nesse panorama fizeram sentido após estudos sobre a temática homossexual nos Estados Unidos e Europa, na década de 80. A concepção de que ser *gay* ou lésbica equivaleria à renúncia das identidades de homem e mulher, respectivamente cai por terra. O homossexual masculino deixa de ser percebido por características femininas e a lésbica por suas características masculinas.

Para Vieira (2011) o movimento homossexual pode ser considerado como um dos protagonistas sociais mais importantes das últimas décadas. Percebeu-se que desde os anos 80 mudanças significativas no que se refere à luta contra a discriminação e o preconceito principalmente em países desenvolvidos do ocidente, graças a dois fatos de grande importância: a retirada da homossexualidade do DSM e o fim da criminalização da homossexualidade e sua conseqüente retirada do código penal.

Mesmo com avanços científicos e sociais a homossexualidade ainda é muito vitimada pelo preconceito. Sabemos que definir preconceito não é uma

tarefas das mais fáceis, por se tratar de uma experiência complexa que envolve mais de uma área do saber. Na tentativa de explicar o conceito buscamos o conceito primeiramente em um dicionário de Psicologia (Doron & Parot, 1991/2002). No verbete sobre preconceito os autores conceituam o termo como aquele que designa todo juízo *a priori* (favorável ou desfavorável) em relação ao outro. Além disso, o preconceito qualifica habitualmente atitudes negativas em relação a um grupo particular.

Myers (2000) argumenta que o preconceito seria um pré-julgamento negativo de um grupo e seus integrantes individuais. “O preconceito nos predispõe contra uma pessoa com base apenas no fato de identificarmos a pessoa a um grupo determinado” (p. 182). Porém, Allport (*apud* Pinheiro, 2011) ressalta que os pré-julgamentos não podem ser entendidos como preconceito, esse pré-julgamentos são comuns frente ao objeto desconhecido. Para esse autor, a conduta somente se configura como preconceito se, exposto ao conhecimento sobre o objeto em questão, o indivíduo ainda persiste em suas ações.

Preconceitos são compreendidos como fenômenos sociais mais amplos e podem ser considerados como elementos do etnocentrismo, porém isso não significa que o preconceito é uma consequência natural do etnocentrismo, porém ambos são oriundos de relações históricas das quais interesses de maiorias e minorias são em grande parte das vezes conflitantes (Falcão, 2004).

Segundo Pinheiro (2011) o preconceito se caracteriza como uma atitude aversiva ou de hostilidade contra uma pessoa pertencente a um determinado grupo, atitude esta que seria gerada pelo fato da vítima pertencer a esse

grupo. Ainda para Pinheiro, o preconceito pode ser explicado pela tendência natural do ser humano a categorizar meios existentes em sua realidade.

Falcão (2004) explicita que o preconceito contra homossexuais é uma construção histórico-cultural calcada no cristianismo, o qual concebia essa prática como pecaminosa, condenando-a como contrária à palavra de Deus, além de configurar-se como tentação diabólica da qual o indivíduo deveria se manter longe.

Hoje, o preconceito contra homossexuais é uma das principais causas de crimes por ódio no Brasil (Mott, 2002). A prática desse tipo de crime é caracterizada pelo ódio extremo dirigido não somente à pessoa, mas ao que ela representa no imaginário social - o pervertido, o pecaminoso.

Acreditamos que o estudo do imaginário coletivo dos estudantes de Psicologia acerca da homoparentalidade seja pertinente, uma vez que nossos sentimentos, crenças e preconceitos participam, ainda que implicitamente, da formulação de teorias, metodologias de pesquisa e práticas profissionais. Esperamos também contribuir com a reflexão sobre as funções paterna e materna, de modo geral, estendendo-a aos conflitos e preconceitos engendrados pelo desejo de formar uma família, quando expresso por casais homoafetivos.

CAPÍTULO II

CAMPO METODOLÓGICO

O método psicanalítico

O presente estudo se insere dentro de uma perspectiva qualitativa de abordagem do fenômeno estudado, cuja análise tomará como referencial teórico a psicanálise. Para Freud (1923[1922]/2006) a Psicanálise, além de ser um método clínico para o tratamento das neuroses e uma teoria explicativa do funcionamento psíquico humano, é também um método investigativo. Tal método foi apresentado pela primeira vez por Freud em sua obra *A interpretação dos sonhos* (1900), na qual interpreta as narrativas que seus pacientes lhe faziam, além de seus próprios sonhos, em busca de seu conteúdo latente, isto é, inconsciente.

Freud idealizou a regra da associação livre que consiste em solicitar ao paciente que diga ao analista tudo o que se passa em sua mente, enquanto o analista, frente ao discurso do paciente, mantém um estado de atenção equiflutuante, a partir do qual elabora a sua interpretação.

A fim de distinguir método de técnica, Herrmann (2001) defende que o método psicanalítico deve ser considerado como o mecanismo de produção da própria análise, não devendo ser confundido com as diversas teorias que o sustentam, nem com a multiplicidade de técnicas que dele se originam.

Método e técnica confundem-se sem problemas maiores no período formativo, de invenção, e se complementam naturalmente no período clássico. Hoje, não mais. Há inúmeras técnicas, como se sabe. Além das psicanálises de escolas diversas, há psicoterapias mais analíticas que certas análises, há análises psicoterápicas e até

adaptativas, e técnicas bem distantes da psicanálise padrão, porém metodologicamente psicanalíticas – e aí nem o divã se salva. Já o método é outra coisa. É a forma geral do pensamento e da ação numa disciplina; em técnicas diferentes, o mesmo método deve estar. (Herrmann, 2001, p.53).

Para Widlöcher (2010) o método psicanalítico é sempre associativo e interpretativo, seja no contexto da psicanálise padrão ou na psicoterapia psicanalítica. Na mesma linha de Herrmann (2001) Widlöcher sublinha que psicanalítico é o método e não o uso que se faz dele. Herrmann reformula o conceito freudiano de interpretação, considerando-o como o motor do efeito psicanalítico e o maior trunfo de Freud. A interpretação para Herrmann consiste no processo que deve levar a uma ruptura de campo, o que garantiria a transformação psíquica. O método para Herrmann:

Cria teorias e as técnicas, mas não se deriva de uma delas em particular [...] A maneira de nosso método produzir conhecimento sobre a psique humana consiste em submetê-la a uma condição que não se encontra na vida comum, senão potencialmente ou muito diluída e rara: a ruptura de campo. (p.62)

Em seu estudo sobre a *Interpretação dos Sonhos* de Freud, Politzer (1928/1994) tinha como objetivo explorar a teoria psicanalítica como alternativa às especulações abstratas da época e à corrente behaviorista que surgia. Na visão de Politzer o que torna a psicanálise uma psicologia concreta, isto é, científica, é o fato de basear-se no drama pessoal, além de fazer uso de um método narrativo, de acordo com o qual o paciente narra suas experiências cotidianas ao analista que as interpreta.

Inspirado nos estudos de Politzer, Bleger (1963/1989), propõe como perspectiva psicológica a investigação do aspecto afetivo-emocional da conduta humana, a ser complementada pelas demais ciências que tem o homem como objeto de estudo. Bleger discorda do pensamento freudiano de que o homem seria movido apenas por fenômenos pulsionais, alertando para o risco de desconsiderarmos o meio social, histórico e político que nos constitui.

O termo campo utilizado por Herrmann em sua obra *Introdução à teoria dos campos* (2001) é seu modo pessoal de se referir ao inconsciente freudiano, acrescentando que cada campo é relativo às relações que o determinam. De acordo com essa concepção a psique seria considerada uma extensa série de campos articulados. Para Herrmann, campo (...).

(...) significa uma zona de produção psíquica bem definida, responsável pela imposição das regras que organizam todas as relações que aí se dão; é uma parte do psiquismo em ação, tanto do psiquismo individual, como da psique social e da cultura (Herrmann, 2004 p.61).

Aiello-Vaisberg e Machado (2008) adotam a noção de campo como modo de configurar necessidades afetivo-emocionais que inconscientemente geram as condutas. O fato desses campos se organizarem ao redor de elementos inconscientes não significa, porém, que os campos resultem de recalque, mas que se encontram em um plano pré-reflexivo.

Inspirados no método psicanalítico, pretendemos facilitar o movimento associativo dos participantes deste estudo, a fim de identificarmos as leis que regem suas produções imaginativas acerca da homoparentalidade. Tais produtos costumam se organizar em torno de um eixo de sentido, de modo a

formar um conjunto ao qual denominamos “imaginário”, conceito que será explorado na próxima seção.

Imaginário e Imaginário Coletivo

O conceito de imaginário é amplo e multifacetado. Castoriadis (2007) alude ao imaginário enquanto produção de sentido quando afirma que este “é a criação incessante e essencialmente indeterminada de formas, figuras e imagens” e não um mero reflexo de imagem de algo ou alguém. Segundo esta perspectiva inovada, o que denominamos racionalidade e realidade é, em grande parte, consequência desse imaginário.

O historiador francês Le Goff (*apud* Belinsky, 2007) concebe o imaginário como uma entidade “difusa” (*floue*), estando não apenas vinculado a outros domínios como perpassando por eles, situação que resulta na dificuldade em definirmos o conceito de forma precisa.

Belinsky (2007), ao refletir sobre as ideias de Le Goff e Castoriadis, conclui que ambos os autores consideram o imaginário como potência criadora na constituição do social, sem negar a existência ou a importância do simbólico e do real neste processo.

Le Goff (1985) nos apresenta duas características do imaginário: primeiramente o imaginário supõe um elemento visual: a imagem e, em segundo lugar, o autor esboça uma ordem do imaginário em função das diversas situações onde este se expressa na Idade Média.

Segundo este enfoque Le Goff (1985) entende o imaginário como uma dimensão “difusa”, como citado anteriormente, mas também fluente, pois este flui dentro dos processos históricos, que são variáveis, e está vinculado a representações e a sistemas simbólicos e ideológicos. Por essa razão, o imaginário pode ser observado em obras literárias e artísticas que se tornam seu meio de expressão.

Na busca de uma perspectiva sociológica do imaginário, Belinsky (2007) cita o sociólogo polonês Bronislaw Baczko que afirma que o imaginário social bem como os símbolos que o apoiam, participam de diversos sistemas, geralmente de grande complexidade, dentro do tecido coletivo. Dentre esses sistemas se destacam os mitos, as utopias e as ideologias, o que significa que o imaginário social intervém em diversos níveis da vida coletiva e realiza diversas funções no que concerne aos agentes implicados. O autor ainda destaca que esses imaginários se expressam em diversas vertentes tais como: a religiosa, a filosófica, política, artística e etc.

Baczko e Le Goff acreditam que no campo do real dominam as representações e as abstrações, enquanto no campo do simbólico o que domina são os significantes e os valores, e no campo do ideológico as significações (Belinsky, 2007).

Com o intuito de diferenciar o imaginário coletivo do social recorreremos ao verbete sobre representação e imaginário do dicionário de Psicossociologia (Barus-Michel, Enriquez, & Levy, 2006) que descreve o imaginário coletivo como sendo:

Um sistema de interpretações da realidade destinado a produzir sentido. Sentido que o grupo dá a realidade para ao mesmo tempo, se significar ele próprio na medida em que a percepção da realidade é simultaneamente uma percepção da existência (...)” (p. 187).

Aiello-Vaisberg e Ambrosio (2006) preferem trabalhar com o conceito imaginário coletivo ao invés de representação social para denominar a conduta que aparece no campo coletivo a qual se expressa na área mental. De acordo com essas autoras o imaginário coletivo se caracteriza pelo conjunto de crenças, emoções e imagens que um determinado grupo social produz a respeito de uma experiência, fundamentando a postura desse grupo diante do fenômeno investigado.

Narrativas Interativas como procedimento na pesquisa

O narrador de Benjamin (1992/1936) oferece à elaboração imaginativa de seu interlocutor, histórias de vida que transmitem uma cultura ancestral que fica assim disponível para que seus membros se apropriem dela de modo pessoal e, ao mesmo tempo, coletivo. Nessa mesma perspectiva do narrar enquanto processo de elaboração do viver, encontramos as ideias de Ricoeur, apresentadas por Granato, Tachibana e Aiello-Vaisberg (2011):

É por essa razão que as narrativas não se limitam a contar a vida, mas a reelaboram, tornando-se elas mesmas histórias vivas. A continuidade do eu ficaria assim garantida pela sucessão e encadeamento das histórias que

contamos sobre nós, o que permite que sejamos nós mesmos, sem que sejamos os mesmos (Ricoeur, 1990), em uma perspectiva que abriga a mudança e a permanência a um só tempo, em termos de uma identidade narrativa que se mantém no tempo. (p.82)

Partindo dessas elaborações sobre o narrar como processo constitutivo de uma experiência afetiva, o uso de Narrativas Interativas (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011) como procedimento nesta pesquisa visa facilitar a produção imaginativa dos participantes sobre o tema da homoparentalidade, por tratar-se de um *“procedimento que privilegia a interlocução entre pesquisador e pesquisado na produção de um conhecimento que se assente sobre a dramática humana”* (p. 160).

A Narrativa Interativa consiste em uma breve história fictícia, construída pelo pesquisador em linguagem acessível ao grupo de participantes de modo a veicular o drama ou conflito que pretende investigar. A narrativa é apresentada por escrito e lida em voz alta pelo pesquisador até o momento em que a trama se interrompe para que cada participante a complete. Após a finalização das narrativas o grupo de participantes é convidado a discutir a temática abordada, sob a coordenação do pesquisador, encerrando-se assim o procedimento.

A primeira narrativa criada conta a história de um casal bem sucedido emocional e financeiramente que resolve adotar uma criança e procura se informar sobre métodos de adoção em sites de busca na internet. A história se mantém ambígua em relação à sexualidade do casal até o último parágrafo

onde se dá a entender que se trata de um casal homossexual. Optamos por elaborar uma segunda narrativa, sendo que os motivos pelos quais chegamos a essa decisão serão explicitados no próximo capítulo.

Já a história apresentada versa sobre um casal homo-afetivo que durante um jantar a dois em um restaurante reflete sobre a possibilidade de ter um filho. Após algumas considerações de ambos os parceiros, a narrativa se suspende e seu desfecho permanece em aberto, a fim de que os participantes elaborem uma solução para aquele conflito.

Acreditamos que o uso das Narrativas Interativas na pesquisa se aproxima do brincar winnicottiano, no sentido de se constituir como atividade criativa, na qual podemos ser autênticos ao mesmo tempo em que consideramos a realidade compartilhada, em um autêntico diálogo entre o mundo interno e o mundo externo (Winnicott 1971/1975). Mais que oferecer um ambiente lúdico e relaxado a nossos participantes, objetivamos provocar a organização de campos afetivo-emocionais sobre os quais se apoiam suas condutas (Bleger, 1963) a respeito da homoparentalidade.

Participantes

Participaram deste estudo 26 alunos do segundo ano do curso de graduação em Psicologia em uma cidade do interior paulista, sendo 7 componentes de um grupo piloto e 19 o total de participantes do grupo principal. Todos os alunos eram jovens de ambos os sexos, cujas idades variavam entre 18 e 26 anos.

A participação desses alunos foi voluntária e se deu a partir de um convite feito pelo pesquisador em sala de aula. Ao primeiro grupo, composto de 7 alunos, foi apresentada uma narrativa diferente daquela utilizada com o segundo grupo, visto que a análise do primeiro grupo de histórias colhidas revelou a presença de alguns elementos que poderiam ter inadvertidamente conduzido ao desfecho elaborado pelos participantes. Os motivos pelos quais se optou pela modificação da narrativa original e por uma nova apresentação para um novo grupo são explorados no capítulo III.

Desde o início de ambas as aplicações foi deixado claro o caráter voluntário da participação dos alunos que poderiam se retirar a qualquer momento do processo. Também ressaltamos a questão do sigilo e a orientação para que escrevessem de forma livre, sem preocupações com redação, estilo ou expectativas do pesquisador. Também deixamos claro que nosso objeto de estudo era o imaginário coletivo a respeito da homoparentalidade.

A apresentação ao grupo-piloto teve duração de 30 minutos, situação em que não foi possível realizar a discussão sobre o tema, por impossibilidade do grupo de participantes. Já a apresentação ao segundo grupo teve uma duração maior (cerca de 1 hora e 15 minutos) distribuída entre elaboração das narrativas e a discussão que costuma segui-las, como segunda parte do procedimento.

A discussão com este segundo grupo foi realizada de forma aberta para que todos pudessem expressar suas opiniões a respeito do tema que estamos pesquisando. A maior parte dos alunos participou de forma ativa da discussão.

Considerações éticas

A presente pesquisa levou em consideração as diretrizes e normas regulamentadas pela resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que diz respeito às pesquisas com seres humanos. Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), sendo informados de forma clara e precisa sobre os objetivos e a justificativa deste estudo, bem como as condições de sigilo e anonimato das informações e da identidade dos mesmos.

O pesquisador seguiu a orientação veiculada na resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), avaliando constantemente a situação em que os participantes se encontravam, com o objetivo de protegê-los, ou interromper a pesquisa, caso fosse necessário.

A realização desta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas sob o parecer de número 19964/2012.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO DAS NARRATIVAS E ANÁLISE DO GRUPO PILOTO

Primeira Narrativa do pesquisador

A seguir veremos a primeira versão de Narrativa Interativa criada pelo pesquisador para ser apresentada a um grupo-piloto.

Depois de muita batalha Rodrigo e o grande amor de sua vida conseguiram comprar uma boa casa num bairro tranquilo da cidade. Estavam juntos há dois anos, e seu relacionamento era bem estável. Ambos eram bem sucedidos em seus respectivos empregos, sendo por isso bem remunerados.

Em meio à felicidade conjugal sentiam falta de algo que viesse completar o relacionamento dos dois: um filho. Porém, a natureza havia pregado uma peça no casal. Não podiam ter filhos, e a alternativa que lhes parecia mais digna seria a adoção. Juntos amadureceram esta idéia que de uma hipótese virou certeza. Nada mais certo que dividirem toda essa felicidade com uma criança.

Já decididos, Rodrigo e Felipe começaram a pesquisar na internet como isso poderia ser feito, foram também ao fórum da cidade para se informar dos procedimentos a serem tomados...

Primeira apresentação (Grupo-Piloto)

Para a apresentação da primeira narrativa convidamos o grupo de estudantes de uma classe a qual o pesquisador acompanhava em seu estágio de docência, por ser este um grupo com o qual já tinha um contato semanal. A sala tinha mais ou menos 25 alunos. No início da aula, a professora avisou os alunos que o pesquisador gostaria de convidá-los para participar de uma pesquisa no final da aula e que a tarefa consistia em completar uma pequena história. Muitos dos alunos alegaram não poder participar, em função de uma reunião que teria lugar logo após aquela aula. Acreditamos que a escolha do horário para a coleta da narrativa, aquele que antecedia o horário do almoço, não tenha sido favorável, uma vez que os alunos estavam ansiosos para o intervalo do almoço.

Terminada a aula, a professora se retirou da sala e o pesquisador foi à frente da sala e explicou que se tratava de uma pesquisa sobre parentalidade e que necessitava que completassem uma história livremente, sem preocupação, argumentando que não havia um modo “certo” para realizar aquela tarefa, além de lembrá-los de seu caráter sigiloso. Poucos alunos permaneceram (apenas sete), sendo observado certo sentimento de compaixão pelo pesquisador, quando um deles se dirigiu ao grupo de participantes que ainda hesitava dizendo: - “*vamos lá, gente, vamos ajudar o Thiago!*”. Ainda assim, foi observado que os participantes estavam ansiosos para terminar e sair, não sendo possível refletir com o grupo sobre a temática abordada, encerrando-se

o procedimento em sua primeira parte, a fim de evitar qualquer desconforto ao grupo de alunos.

Após a análise das narrativas, na interlocução com o grupo de pesquisa, observamos que os participantes criaram histórias curtas e politicamente corretas, talvez pelo fato de estarem apressados para o intervalo. Uma segunda hipótese que levantamos dizia respeito à própria construção da narrativa que, em uma segunda leitura, revelou-se como tendenciosa em relação ao desejo de adoção e ao “final feliz”. Supusemos também que, movidos por um sentimento transferencial em relação ao pesquisador, que é homossexual, os participantes podem ter experimentado um sentimento de compaixão e, por esta razão, evitado “magoar” o pesquisador através de uma história diferente, talvez não aceitadora.

Após essas considerações, decidimos reelaborar a Narrativa Interativa, de modo a permitir um leque maior de opções para o desfecho da trama, assim como facilitar a expressão de condutas (Bleger, 1963) mais autênticas e espontâneas. Apresentamos a seguir as narrativas dos participantes do grupo-piloto, seguidas de breves considerações sobre o coletivo dessas produções.

Narrativa dos participantes do Grupo-Piloto

Participante 1:

Sexo: F Idade: 20 anos

Descobriram então sobre uma jovem que havia colocado seu filho para adoção, ainda grávida. Rodrigo e Felipe acompanharam a gravidez da moça até o momento do nascimento. Submetidos aos processos, corretamente então, adotaram uma criança, preenchendo esse vazio que sentiam na relação.

Participante 2:

Sexo: F Idade: 18 anos

A vontade de adotar a criança amadureceu, mas os serviços de adoção da cidade em que Rodrigo morava com Luciana não estavam dando resultado e, por isso, Rodrigo havia pedido ajuda de seu irmão mais velho, Felipe, para alcançar o tão sonho de adotar um filho.

Passaram-se alguns meses e nenhuma resposta foi dada, o que desmotivou o casal e enfraqueceu a ideia da adoção.

Dois anos se passaram e, repentinamente, o telefone da casa do casal tocou, era Felipe. Um casal de gêmeos bebês estavam órfão e a prefeitura e o setor de assistência social da cidade finalmente deram a notícia.

Luciana e Rodrigo adotaram o casal e estavam estupefatamente felizes. Como era de se esperar, Felipe foi chamado para ser padrinho de ambos bebês.

Participante 3:

Sexo: F Idade: 19 anos

Na luta pela adoção de uma criança já mais velha, com 7 anos, o casal encontrou muita dificuldade. A batalha que já consistia em muita burocracia social, afim de analisar as condições sociais e econômicas da família que pretendia adotar a criança, além disso havia o preconceito a ser vencido por serem um casal homossexual.

O fim da luta se deu pela adoção definitiva de Thiago, que teve total aceitação por sua família e nenhum problema de adaptação, hoje a criança vive feliz com seus pais.

Participante 4:

Sexo: F Idade: 21 anos

Depois de muitas especulações e meses com buscas, eles encontram uma forma bem digna para a doação, eles muito esperançosos com a ideia vão em busca , e descobrem que seria um obstáculo grande na vida deles mas que mesmo assim, eles conseguem a doação da criança e vivem em paz.

Participante 5:

Sexo: M Idade: 24 anos

Logo após isso foram a diversas casas de adoção, onde procuraram uma criança pela qual se identificassem mais.

Depois de muita procura conseguiram encontrar e adotaram três, já que uma só não era o bastante, pois perceberam que muitas crianças precisavam de um lar

E viveram felizes para sempre!

Participante 6:

Sexo: M Idade: 20 anos

Depois de descobrirem todas as formas possíveis de adoção, Rodrigo e Felipe descobriram que seria muito difícil completar a adoção por serem do mesmo sexo.

Pensaram até em adotar crianças fora do país por ser mais fácil o processo de adoção. Mas decididos, Rodrigo e seu companheiro fizeram de tudo para realizar a adoção em seu próprio país.

Após muito esforço, Rodrigo e Felipe hoje tem Thiago, um menino de 3 anos que é muito amado.

O casal sabe que Thiago poderá enfrentar problemas em sua vida pelo preconceito de algumas pessoas, mas terá sempre seus pais para *apoialo*.

Participante 7:

Sexo: M Idade: 20 anos

Com isso encontraram certa dificuldade já que, por viverem no Brasil, um país ainda conservador e religioso, quanto a adoção de uma criança por um casal homossexual.

Rodrigo e Felipe mesmo sabendo dessas dificuldades decidiram lutar pelo sonho pois, sabiam que podiam dar o amor que a criança necessitava o que para eles era necessário para a educação e amadurecimento dessa criança.

A luta se prolonga por alguns anos mas, finalmente eles conseguiram e a filha dos dois cresceu e aprendeu com seus pais a lutar e aprendeu com seus pais a lutar pelos seus sonhos, contrariando todos aqueles que era contra essa adoção.

Considerações sobre as narrativas do grupo-piloto

Embora apenas três narrativas façam menção direta à homossexualidade dos protagonistas, outras três deixam implícita uma condição, enquanto uma delas traz a negação da homossexualidade do casal. Nesta Felipe foi transformado em irmão de Rodrigo, ajudando-o na busca de métodos para a adoção, enquanto uma nova personagem foi acrescentada, Luciana, como a esposa de Rodrigo. No final da história Felipe se torna padrinho dos gêmeos que foram adotados. Dois outros participantes perguntaram ao pesquisador se a história tratava de um casal gay, o que sugere certo desconforto com a problemática abordada.

Em discussão com o grupo de pesquisa identificamos a necessidade de reformular a narrativa do pesquisador, no sentido de deixar em aberto seu desfecho, ampliando as possibilidades de solução para o conflito do casal homossexual, pois nos pareceu que inadvertidamente apontávamos para a adoção como a única opção digna. Outra fragilidade desta narrativa, que merece ser ressaltada, é o fato de apenas sugerir a homossexualidade, sutileza que pode ter desencadeado o desconforto da dúvida aos participantes, ou ainda sentirem-se “enganados” pelo pesquisador.

De outro lado, esta apresentação preliminar nos trouxe a riqueza de movimentos transferenciais e contratransferenciais que permeiam a relação pesquisador-pesquisado. Por exemplo, embora tenham concordado em participar da pesquisa, todos estavam visivelmente ansiosos para terminar

sem, contudo, deixar de “ajudar” o pesquisador. A situação de conhecer previamente o pesquisador pode tê-los colocado no difícil conflito entre colaborar ou se retirar, como parecia ser o desejo do grupo.

Nessa mesma linha do vínculo transferencial estabelecido com o pesquisador, notamos que todos os participantes optaram por um desfecho politicamente correto, segundo o qual apesar das muitas dificuldades enfrentadas, o casal é bem sucedido na adoção de uma ou mais crianças. Supomos aqui um movimento empático desse grupo que se identifica com a figura do pesquisador, visto que em duas das histórias seus autores batizam a criança adotada com o seu nome, Thiago. Tal empatia parece seguir um duplo sentido identificatório – ora o participante se identifica com o fato do pesquisador ser um jovem aluno como ele, ora identifica este mesmo pesquisador com o bebê que é filho de uma união homossexual, como alusão inconsciente à homossexualidade do pesquisador.

É dessa forma que pensamos a pesquisa psicanalítica, como aquela que se origina do espaço potencial que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, que “brincam” juntos para produzir dialogicamente os campos de sentido afetivo-emocional que fundamentam suas narrativas e, portanto, suas condutas.

Segunda narrativa do pesquisador

Como qualquer outro casal Rodrigo e Felipe sempre tiveram seus altos e baixos. Depois de 5 anos de convivência enfim conseguiram uma estabilidade em seu relacionamento. Embora realizados pessoal e profissionalmente, sentiam falta de algo que viesse a completar a união. Enquanto jantavam em um restaurante perto de casa, Rodrigo observa uma família, na mesa ao lado, e comenta com Felipe:

- Sabe o que mais me entristece em ser gay? É o fato da gente não poder ter filhos.

- Você tá falando sério?- Felipe se surpreende.

- Por que não? Não seria legal?

- Mas quem vai cuidar do bebê?

- Ah, eu poderia diminuir a minha carga de trabalho - argumenta Rodrigo.

- E a família? Você lembra o quanto a gente batalhou pra ser aceito? Justo agora que a poeira baixou...

- Ah... Até parece que nossos pais não sonham em ter netos.

- Mas como seria uma criança com dois pais?

Segunda apresentação

Para apresentar esta nova narrativa um novo grupo selecionado na mesma faculdade, onde o pesquisador participava como estagiário. Este novo grupo era composto de 40 alunos, porém verificamos que a escolha da nova data também não havia sido feliz. Como era o último dia de aula, apenas 20 alunos estavam presentes, mostrando-se ansiosos para o início das férias. Desta vez, o pesquisador optou por deixar esta nova coleta para o semestre seguinte, aumentando as chances de conseguir uma maior e mais espontânea adesão à proposta da pesquisa.

Terceira apresentação

O novo grupo escolhido era composto originalmente de 25 alunos, porém somente 19 estavam presentes no dia agendado com a professora. Esse dia foi escolhido, pois a professora responsável por este grupo não estaria presente e entendeu aquela proposta como oportunidade para que o grupo vivenciasse uma pesquisa psicanalítica, uma vez que a disciplina em questão versava sobre a prática psicanalítica. Decidimos que a estagiária dessa disciplina ajudasse na coleta, com o objetivo de promover um compartilhamento dos sentimentos transferenciais do grupo, antes focalizados na figura do pesquisador.

Foi explicada a ausência da professora e os objetivos da pesquisa sobre parentalidade. Enfatizamos que a participação era totalmente voluntária e que no final desta discutiríamos o tema e a pesquisa de enfoque psicanalítico. Todos os 19 alunos decidiram participar e não foi observado nenhum

constrangimento. Ao finalizar a escrita das narrativas, abriu-se uma discussão da qual grande parte dos alunos participou de forma ativa, expondo abertamente suas opiniões. Em seguida, o pesquisador e a estagiária refletiram com o grupo sobre o pesquisar psicanalítico.

Narrativa dos participantes do grupo principal

Participante 1:

Sexo: F Idade: 20 anos

- Seria normal Felipe, você tá vindo de onde começa o preconceito? De nós mesmos.

- Não é isso, você está sendo egoísta, além de satisfazer o seu sonho de ser pai, você tem que pensar como vai crescer o nosso filho, as dúvidas, os questionamentos, a aceitação que a criança mesma vai ter sobre essa situação.

- Ela vai crescer com isso, e vai se adaptar, tenho certeza. A sociedade que polui a mente das crianças, elas em si não tem maldade.

- Mas Rodrigo, quando perguntarem da mãe dela na escola (os coleguinhas), no dia das mães como você acha que ela vai se sentir? Deslocada, por que ela não tem preconceitos e tem pais gays?

- Tá vindo como é difícil o preconceito que você tem?

- Tudo bem Felipe não dá pra conversar se você não tem maturidade para entender, imagine para criar e educar um filho? Temos de esperar esse assunto é muito complexo ainda, pode ser que algum dia seja normal.

Participante 2:

Sexo: F Idade: 19 anos

- Normal Felipe, nossas mães seriam o exemplo feminino para nossos filhos e por mais estranho que possa parecer uma família é composta por

amor.

- Mas imagina como essa criança crescerá confusa, todos tem uma mãe e um pai, como seria, como ela aceitaria dois pais?

- Nós podíamos procurar o acompanhamento de um psicólogo desde o início para ela possa compreender.

- É Rodrigo, talvez devêssemos ter um acompanhamento o quanto antes, até porque nossa rotina mudará muito.

- Será que conseguimos adotar uma criança?

- Não sei, mas acredito que uma criança com dois pais é melhor que nenhum!

Participante 3:

Sexo: F Idade: 19 anos

- Como uma família normal! Hoje em dia existem vários casais gays que adotam crianças e vivem normalmente.

- E o que falaríamos para nossa criança depois que começasse a entender melhor as coisas e perguntasse sobre a mãe dele? – Interroga Felipe

- Ué, não iríamos mentir! Explicaríamos a ela de forma clara o que acontece. Não negaríamos que a adotamos, e, quanto a nossa sexualidade... bom, é... damos um jeito...

- Não é fácil, Rodrigo.

- Eu sei que não, mas já enfrentamos tantas barreiras, porquê não fazemos de tudo agora para ter um filho? – relembra Rodrigo

- Sim, era... que dizer, ainda é!

- Então, vai deixar passar em branco esse sonho tão lindo?

- Não, claro que não! – disse Felipe

- Olha, no começo vai ser difícil, mas nós vamos aprender juntos e com ajuda de profissionais! Sem contar os nossos pais, que, concerteza ajudarão!

- É, eu sei. Você tem razão, não quero deixar de ir atrás dos meus sonhos por medo de preconceitos, além disso, nosso bebê pode ser feliz do mesmo jeito, vamos cuidar dele, dar carinho, amor, brinquedos, - dizia Felipe empolgadamente.

- Viu só? O resto é consequência... vai dar tudo certo! O que importa é o amor!

Felipe e Rodrigo passaram o resto da noite conversando sobre isso, riam, se abraçavam e até escolhiam horários de brincar, de estudar com a criança que logo logo estava por chegar.

Participante 4:

Sexo: F Idade: 22 anos

- Seria complicado no inicio na questão da aceitação dos outros, concerteza seremos muitos questionados... mas quando há apoio, carinho e respeito tudo isso seria possível superar.

- Mas no futuro, será que esse filho não sofrerá preconceito por ter dois pais?

- Concerteza ele sofrerá, mas se nós educarmos e ensinarmos ele desde criança a enfrentar e lidar com tal preconceito, certamente ele não sofrerá tanto. E outra, não é porque ele não terá uma família padrão, que ele não será

amado.

- Mas se questionarem a sexualidade dele por conta de ter dois pais?
- Se questionarem e isso magoá-lo, nós iremos conversar com ele e explicar que não é porque somos gays, a nossa opção sexual irá influenciar a escolha dele.
- Bom vendo, por esse olhar você está correto. Nada que uma boa estrutura familiar resolva.

Participante 5:

Sexo: F Idade: 19 anos

Após a conversa, Felipe e Rodrigo ficam pensativos em relação ao tema discutido no jantar. Rodrigo estava ansioso para que pudesse ter uma família e Felipe se questiona, tendo em vista a situação do casal, tanto financeira, quanto amorosa, já que uma pessoa a mais do que eles estavam acostumados, além do que eram dois homens, sem a ajuda de uma “mãe”.

Meses discutindo esse assunto, e após longas discussões com a família, o casal resolve adotar uma criança, lembrando-se de que seria uma situação complicada para ambos, o casal e a criança.

Com a ajuda de técnicos no assunto, como médicos, psicólogos e mães do casal, a criança foi crescendo em um ambiente saudável e sem ter problemas psicológicos graves, já que tinha uma boa estrutura familiar.

Quando mais velha, passou a entender os motivos dos pais de se casarem e levou tudo numa boa, vendo que gays são normais a sociedade, não patologias como muitos pré-conceituosos acham. Se tornou uma menina que

colabora na aceitação dos gays perante a sociedade, e desimpedida de preconceitos.

Participante 6:

Sexo: F Idade: 19 anos

Rodrigo diz: ela iria crescer sem preconceitos, nós faríamos de tudo para amenizar o impacto que teria na escola.

Felipe: Como seria em dia das mães ou dia dos pais?

Rodrigo: Nós dois poderíamos participar das duas festas, a criança poderá ter a nós dois como referência e apoio.

Felipe: Não sei, tenho medo dessa criança sofrer tudo o que já sofremos

Rodrigo: Nós vamos ser a família dela e diferente da nossa família vamos apoiá-la em tudo

Felipe: Devemos pensar direito, pois uma criança mudará nossa vida, rotina, e tem também a questão econômica.

Rodrigo: Podemos ser como uma família “normal”.

Felipe: Temos que pensar também que nós mudaremos a vida dessa criança, imagine o que ela vai passar!

Rodrigo: Por que pensar só no lado negativo? Essa criança será adotada por duas pessoas que vão a amar, dar carinho, educação e oportunidade para uma vida normal. E ela ainda vai ser importante para a diminuição do preconceito que existe com nós gays.

Felipe ainda resistente e com medo do que a mudança irá causar resolve junto com Rodrigo procurar ajuda profissional para que a adoção aconteça de

forma tranquila e para que o desenvolvimento da criança se dê com o menor número de impacto e dificuldade.

Participante 7:

Sexo: F Idade: 19 anos

- Seria normal, como qualquer outra família.

- Ah Rodrigo, a sociedade atual não trata as coisas dessa maneira ainda, há muito preconceito. Uma criança criada com dois pais sofreria muito, imagina os colegas, os outros pais...

- O preconceito está em você mesmo de pensar dessa maneira meu caro Felipe! Uma criança precisa de uma família estruturada, amor, carinho, cuidado, é claro que não seria uma família nos moldes da sociedade atual, mas é uma família como qualquer outra – argumenta Rodrigo.

- Eu tenho desejo de ser pai, construir uma família, no entanto tenho medo, não seríamos rejeitados até mesmo pelo nosso filho quando ele conhecer uma família com mãe (mulher) e pai (homem)?

- Tudo depende da educação que nós mesmos vamos dar a essa criança. Se tivermos medo, vergonha, ter preconceito de nós mesmo, a criança tenderá a ter também. É como dizem “educação vem do berço”.

- Você tem razão Rodrigo, somos seres humanos, como qualquer um, temos desejos e direito de buscar nossa felicidade e realizar nossos sonhos, não somos menores ou incapazes só por sermos gay. Tem muita família tradicional de homem e mulher que abandona filho, maltrata, tenho certeza que amaríamos e cuidaríamos muito do nosso bebê, e após essa conversa

estou preparado eu acho para enfrentar a sociedade preconceituosa e nossas famílias.

Rodrigo emocionado, toca levemente a mão de Felipe sob a mesa, e os dois decididos continuam a conversar e planejar o futuro.

Participante 8:

Sexo: F Idade: 20 anos

Após muito terem discutido no jantar sobre a polêmica conversa de terem um filho, o casal Rodrigo e Felipe decidem adotar uma criança.

Para isso, resolveram adequar a rotina deles, diminuir a carga horária de trabalho deles, dividirem as tarefas domésticas, contrataram alguém para que pudesse ajuda-los. Porém, em primeiro lugar, estabeleceram uma conversa franca e objetiva com seus pais acerca dos planos deles, e, sobretudo traçaram metas de acompanhamento psicológico para essa criança desde o momento de sua chegada do novo lar, para que mesmo com essas implicações inevitáveis dessa situação, ela poderia ter um desenvolvimento mais saudável. Visto que o casal e seus pais haviam preparado-se para contar a criança a situação de seus pais, assim que ela estivesse formação psicológica para compreender.

Participante 9:

Sexo: F Idade: 21 anos

Não acho que daria muito certo

- Por quê?

- Porque assim como nós sofreremos, certamente a criança também sofreria com o preconceito por ser filho de um casal gay.

- Não concordo, pois a sociedade está mudando, sendo cada vez mais inclusiva, a tendência é que isso se torne normal e aceito por todos.

- É... isso é apenas uma teoria, pois as pessoas dizem não ter preconceito, mas na verdade, está cheia deles!

- Você tem razão! Talvez seja melhor adiarmos esta ideia de termos um filho e nos conformarmos com nossas escolhas e decisões.

- Sim, é a melhor opção no momento. Quem sabe um cachorro...

Participante 10:

Sexo: F Idade: 20 anos

Ela não sentiria falta de uma mãe? Afinal o bebê nasce de uma mulher e não de um homem. Qual é a motivação desse casal em ter um filho? Satisfazer um desejo? É a mesma pergunta que faço para qualquer outra união. Para que uma mãe solteira, sozinha, gostaria de um filho? Para que um casal, qualquer que seja, gostaria de ter um filho? Quero dizer, que significado tem um filho para os casais, os futuros pais de hoje, em nossa sociedade?

Participante 11:

Sexo: F Idade: Não informado

- Seria como qualquer outra. Se batalhamos para ficar juntos, por que não para ter um filho?

- Chega parecer que temos preconceito com nossa capacidade de ser

pais...

- Então se somos capazes e só é o que falta para o “final feliz”, por que não? Acho até que a poeira baixaria de vez com nossos pais se ganhassem um neto.

- Você acha? Dá um pouco de medo em pensar nisso tudo, mas ok. Acho que podemos começar a pensar melhor no caso e planejar isso direito. Mudaria tanta coisa na nossa vida...

- Eu sei que nós podemos dar conta! Mas prometo que vou ter paciência e esperar você ter certeza disso, tanto quanto eu!

Dessa forma, Rodrigo e Felipe começaram a por no papel todas as mudanças que ocorriam e até chegaram a iniciar terapia juntos para terem certeza de que tudo daria certo. Afinal, a sexualidade não determina em nada a capacidade de alguém fazer mais ou menos que o outro.

Participante 12:

Sexo: F Idade: 19 anos

Bom em primeiro lugar, uma criança com dois pais seria perfeitamente normal, uma vez que seus pais conseguissem passar o papel de gênero (Fem/Masc). Acredito que nos tempos de hoje, uma criança ainda poderia ser vítima de preconceito, embora este tema estar presente nos cassais e em nosso cotidiano. Mesmo o filho sendo vítima de tal preconceito, acho que por meio de TV/história a criança iria adquirir um “modelo” e assim escolhesse o que lhe caberia melhor.

Participante 13:

Sexo: F Idade: 19 anos

- Ué, eu acho completamente normal. Falando assim, parece até que você está com preconceito.

-Não, não é isso. Tenho medo do que a criança sofreria com o fato de ter dois pais. Só isso!

- Estou estanhando você...

- Vamos brigar justo hoje que é sábado?

- Não, mas pense no assunto e reveja seus conceitos. Quero muito adotar uma criança, mesmo sendo gay.

- Ta bom, vou pensar.

Após muita luta e enfrentamentos com a justiça, Felipe e Rodrigo adotam um casal de gêmeos de três anos. Aos sete anos as crianças passaram a sofrer, de forma mais direta, discriminação pelo fato de os pais serem gays, porém, o laço afetivo construído entre os pais e os filhos era muito forte e, então, conseguiram superar o preconceito.

Participante 14:

Sexo: F Idade: 26 anos

- Seria mais estranho para as pessoas de fora se acostumar com a ideia, mas nosso filho já vai se acostumar desde o início.

Quando ele tiver idade de questionar e perceber que a família dele é diferente nós explicamos para ele. Mostramos para ele que cada família tem um aspecto diferente. Que tem criança que mora só com a mãe, só com os

avós ou que tem 2 famílias, uma do pai e outra da mãe... essas coisas.

- Ainda não sei, não quero que meu filho sofra...

- Viu! Até na sua fala você já demonstra que também tem esse desejo.

Essa preocupação é mais nossa de qualquer outra coisa. Ficamos aqui viajando e só imaginando essas coisas ruins. Vamos deixar acontecer primeiro. Conseguimos resolver tudo até agora, não vai ser isso que não vamos conseguir resolver. Já tentamos nos adaptar tanto as pessoas está na hora de deixar elas se adaptarem a nós também.

- Você está certo, ainda tenho receio, mas como sei que estamos nessa juntos fico mais confiante.

- Vamos amadurecer então esta ideia e ver agora o que precisamos fazer.

- Certo.

Participante 15:

Sexo: Não informado Idade: Não informado

- Seria uma criança como qualquer outra argumenta Rodrigo

- Como assim uma criança qualquer ela teria dois pais e não um pai e uma mãe isso não seria normal

- Isso seria normal já que existem vários casais homossexuais que tem filhos, também há pais que são separados, , solteiros e as crianças são como qualquer outra, só não é quando a criança tem alguma deficiência e nem por isso deixa de ser criança. Continua ser amada

- E a vida dela na escola, na sociedade isso faria ela ter seus problemas em explicar para todos, ainda mais quando estiver maior ela pode sentir

vergonha, ficar revoltada mil situações passam pela minha cabeça

- Nós saberíamos como educar, mostrar para ela todos os lados, explicar como viver com a sociedade tenho certeza que com isso e o apoio das pessoas próximas ela seria bem feliz e saudável, jamais sentiria vergonha de nós

- Não seria uma má ideia ter uma menina de vestido correndo pela casa!

Concluiu Felipe.

Participante 16:

Sexo: M Idade: 22 anos

- Acredito que seria igual uma criança com pai e mãe, não?

- E eu sei? Como que criaríamos uma criança assim, nesse nosso contexto? Ter que comprar ao invés de amamenta-la, correr atrás de papéis de adoção...

- Mas esse acaba sendo um trabalho que nos traria muita felicidade, além de estarmos dando um futuro para uma criança órfã. Fora que sempre poderíamos procurar uma barriga de aluguel.

- Barriga de aluguel, Felipe? Você não está se apressando um pouquinho nesse assunto?

- Só estou citando possibilidades aqui. Não tem nenhum duplo sentido.

- Certo, mas ainda assim. Mesmo com o processo de “adquirir” um filho seja realizado, temos que pensar também como ele iria crescer.

- Rodeado de amor?

- Quanto a isso não há duvidas, mas e se ele for ridicularizado por outras

crianças por ter dois pais? E se tiver vergonha de nós?

- Quem está indo longe no assunto agora é você, hein Rodrigo? De qualquer modo, se nós criarmos a criança com muito amor tudo daria certo no final.

- Eu acho mais é que nós precisaríamos é discutir esse tipo de assunto mais seriamente em privado isso sim.

- Ponto válido

E continuaram então sua noite juntos.

Participante 17:

Sexo: M Idade: 20 anos

- Seria como qualquer outra. Uma criança não nasce preconceituosa, a sociedade que ensina ser. Disse Rodrigo

- Exatamente. Por viver numa sociedade cheia de preconceitos você não acha que a criança sofreria com isso? O quê os amiguinhos dela fariam? “ah você tem dois pais” e ririam da cara dela? – Argumentou Felipe

- E por causa dos outros não podemos ter filhos? Não podemos ser uma família? Acho que essa é uma das razões por termos batalhado tanto nesse tempo todo, não?

- Rodrigo, eu só não acho que seria vantajoso levantar isso agora. Por quê não aproveitamos o momento de calma que lutamos tanto para conseguir?

- Por que cedo ou tarde esse comodismo irá acabar e a poeira vai levantar novamente – Apontou Rodrigo

Felipe suspirou profundamente e então concluiu com uma expressão

distante:

- Tudo bem, mas vamos tentar aproveitar um pouco nossa calma agora, certo?

Participante 18:

Sexo: M Idade: 21 anos

- Depende de como você interpreta!

- Como assim?

- Não é uma questão de ser homem ou mulher, mas sim, de desempenhar o papel de pai e de mãe.

- Mas como ficariam esses papéis? Quem seria quem?

- Trata-se de uma questão de interpretação, que poderíamos nos observar em detalhes do cotidiano.

- Tudo bem, poderíamos parar e pensar no assunto, mas e nossas famílias?

- Acredito que se for algo importante para nós, para nossa vida, nossa felicidade, então, não se trata de ser aceito por alguém ou não, afinal, quem cuidará do bebê seremos nós.

- Mas você sabe que não é tão simples assim

- Mas se ficarmos na dependência do que sua família achará, nós, pra começo de conversa nem estaríamos juntos. Temos que nos preocupar conosco, com a nossa felicidade.

- Realmente, você tem razão. Vamos discutir sobre esse assunto mais tarde.

Participante 19:

Sexo: M Idade: 20 anos

- Realmente importa como iria ser?

- Claro, essa criança teria uma vida muito diferente da normal.

- Sim, talvez. Mas se nós somos um casal unido, e formos bons pais, a vida dessa criança seria diferente realmente, mas ainda seríamos capazes de fornecer o que ela precisa.

Felipe por final suspira sem argumentos, e por hora o assunto parece terminar. Rodrigo decidido e Felipe dividido.

CAPÍTULO IV
CAMPO ANALÍTICO

Narrativa do encontro com o grupo de participantes

Após a apresentação e complemento das narrativas foi pedido aos participantes que assinassem o Termo de Compromisso Livre Esclarecido (em anexo) o qual comunicamos os objetivos e procedimentos desta pesquisa em maiores detalhes, encerrando-se a coleta de dados com a discussão em grupo.

A discussão foi bastante proveitosa e muitos dos alunos participaram de forma ativa e espontânea de tal discussão. Observamos que alguns participantes se colocavam como favoráveis à homoparentalidade argumentando que o importante seria a família ter uma estrutura boa para que a criança se desenvolvesse de forma saudável, ainda que sob a influência do preconceito da sociedade. Um participante contra-argumentou o comentário de outro, que usava o preconceito em relação à criança como principal motivo de sua oposição à homoparentalidade, dizendo: *“preconceito todo mundo sofre”*. Este participante estava se referindo ao fato de existirem várias formas de preconceito e que nenhuma criança estaria isenta de sofrer com o preconceito.

Tivemos também a oportunidade de testemunhar manifestações explícitas de preconceito, quando uma participante, em meio à discussão, argumenta em tom agressivo: *“Todo mundo gosta de viado, desde que esse não seja meu filho ou meu irmão”*. Essa participante fez uso desta colocação para demonstrar a hipocrisia da sociedade, pois afinal de contas, seria impensável uma criança se desenvolver “naturalmente” com pais gays. Para fortalecer sua argumentação ela dizia que a criança precisa de “exemplos” masculinos e femininos para desenvolver a sua personalidade. Outra participante,

perceptivelmente descrente em relação à possibilidade de um casal homossexual criar uma criança, relatou que tem amigos gays e que um deles trabalha em uma igreja onde ela presta serviços voluntários. Ela elogia o amigo que evita expor sua sexualidade na frente das crianças, dizendo que acha *“bacana essa consciência que ele tem, pois uma criança não está apta a presenciar este tipo de cena”*.

A partir dessa fala nos perguntamos sobre o tipo de cena a que a participante aludia. Parece-nos que para alguns dos participantes, e talvez para uma boa parte da sociedade, a sexualidade dos homossexuais é amoral, pecaminosa ou obscena. Por que é “bacana” velar sua orientação sexual para a sociedade ou para as crianças? Por que as crianças não estão aptas a presenciar demonstrações de afeto entre pessoas do mesmo sexo?

Notamos estratégias encobridoras em algumas narrativas que ocultavam a condição conjugal dos personagens, como é o caso da narrativa 7: *“Rodrigo emocionado toca levemente a mão de Felipe sob a mesa, e os dois decididos continuam a conversar e planejar o futuro”*. Embora Rodrigo estivesse emocionado, não pôde expressar publicamente o carinho que sentia pelo parceiro, ocultando-o sob a mesa. Aos gays foi negado o direito de demonstrar qualquer sentimento em público, devendo estar sempre alertas para bloquear qualquer gesto espontâneo que possa denunciar sua orientação sexual. Em outra narrativa observamos essa atividade velada: *“Eu acho mais é que nós precisaríamos é discutir esse tipo de assunto mais seriamente em privado isso sim”* (participante 16).

Como era de se esperar, a temática da homoparentalidade gerou polêmica tanto nas narrativas do grupo, cujos participantes se colocavam ora como favoráveis à homoparentalidade como na expressão “*o amor supera o preconceito*”, ora como preocupados com o futuro da criança ao se interrogarem: “*E no dia das mães?*”.

A partir da concepção de campo organizador de sentidos afetivo-emocionais buscamos nas narrativas dos participantes os sentidos atribuídos por jovens estudantes de Psicologia à homoparentalidade. Quatro campos de sentido foram encontrados, sendo nomeados a partir de falas dos participantes ou de títulos que o pesquisador julgou comunicar o que foi vivido pelos participantes naquele encontro.

Campos de sentido afetivo-emocional

Campo I: O amor supera o preconceito

Observamos que este campo é regido pela lógica do amor como antídoto contra todos os males, inclusive o preconceito, males que por mais intensos que sejam dobram-se ao poder do amor incondicional. Para denominar este campo usamos a fala de uma participante “*O amor supera o preconceito*” que se tornou emblemática de uma postura acolhedora frente à diversidade que incomoda.

O binômio amor/preconceito é abordado por praticamente todos os participantes. Podemos notar na participante 1 que ela traz a questão do auto preconceito, ou seja, do preconceito que os próprios homossexuais têm em relação a eles mesmos, principalmente no que se refere à homoparentalidade. Podemos observar o levantamento dessa questão pela participante 1: “*Você tá vendo de onde começa o preconceito? de nós mesmos*”, “*tá vendo como é difícil o preconceito que você tem?*”. É comumente observável que em grupos minoritários haja a presença do autopreconceito, ou seja, o preconceito contra si mesmo, pela própria necessidade de se enquadrar às normas sociais. Essa questão do autopreconceito aparece também nas narrativas da participante 7: “*O preconceito está em você mesmo de pensar nessa maneira (...)*”, da participante 11: “*chega parecer que temos preconceito da nossa capacidade de ser pais (...)*”, e da participante 13: “*falando assim, até parece que você está com preconceito*”.

Formiga, Omar & Vaamonde (2009) observam duas formas de preconceito: o preconceito positivo e o negativo. A partir de uma pesquisa realizada com grupos dois minoritários brasileiros - os negros e os homossexuais. Esses autores colheram respostas politicamente corretas de seus participantes sob a forma de demonstrações de afetos, aceitação, cordialidade, simpatia e admiração, o que caracteriza o preconceito positivo, enquanto outras respostas demonstravam ódio, rejeição, desagrado, indiferença e hostilidade, caracterizando uma atitude preconceituosa negativa.

Frente a isso observamos que os participantes fizeram uso do diálogo estabelecido pelos personagens da narrativa criada pelo pesquisador projetando em um dos personagens (Felipe) a atitude preconceituosa negativa deles próprios e no outro (Rodrigo) uma atitude preconceituosa positiva (politicamente correta).

Como exemplo de atitude preconceituosa negativa, temos a fala: “... talvez seja melhor adiarmos esta ideia de termos um filho (...) quem sabe um cachorro”. Esta participante (9) continua a tecer ao longo de toda a narrativa seu preconceito em relação à homossexualidade e ao desejo de parentalidade nesta situação. Homossexuais devem se “conformar com suas escolhas e decisões”, ou como se manifestou um dos participantes sem esconder sua hostilidade que “*Todo mundo gosta de viado, desde que esse não seja meu filho ou meu irmão*”.

Expressões de preconceito positivo também podem ser encontradas em narrativas de participantes que projetam na sociedade o próprio preconceito: “... a sociedade atual não trata as coisas dessa maneira ainda, há muito

preconceito. Uma criança criada com dois pais sofreria muito”(participante 7), ou *“seria complicado no início na questão da aceitação dos outros”* (participante 4). A sociedade parece ser depositária de todo preconceito que temos e isso resulta em uma saída para quem não aceita ou nega o próprio preconceito, produzindo respostas politicamente corretas.

Formiga, Omar & Vaamonde (2009) aconselham cautela no que diz respeito a respostas politicamente corretas - o que eles chamam de atitude preconceituosa positiva - pois a partir desta podem surgir novas formas de preconceito que merecem atenção para que estas não substituam as antigas e ameacem as relações interpessoais e grupais com a ambivalência que dá origem ao preconceito camuflado.

As falas: *“No futuro será que essa criança não sofrerá preconceito por ter dois pais?”*, *“Assim como sofremos, a criança também sofreria com o preconceito”*, *“A criança poderia ser vítima de preconceito* mostram a preocupação com preconceito de que a criança seria vítima no caso de ter pais do mesmo sexo, configurando uma maneira indireta de afirmar o próprio preconceito.

O amor aparece como um contraponto ao ódio, funcionando como um antídoto contra o preconceito. O desejo de aceitação social é inerente ao ser humano, tornando mais difícil vencer o próprio preconceito. *“Vai dar tudo certo! o que importa é o amor!”* (participante 3), *“uma família é composta por amor”* (participante 2), *“pra que pensar no lado negativo? Esta criança será adotada por duas pessoas que vão a amar...”* (participante 6), *“... se nós criarmos a criança com muito amor tudo daria certo no final”* (participante 16). São

algumas das expressões otimistas dos participantes que veem no amor a solução para todos os males

É inegável que o imaginário sobre a homoparentalidade revele o imaginário sobre a homossexualidade, situando-a também entre dois polos: Amor x Preconceito/aceitação incondicional x repulsa incondicional.

Campo II: É normal ou não? Eis a questão!

As narrativas que ilustram este segundo campo trazem uma preocupação normativa em relação à homoparentalidade. Seria normal ou patológica uma família homo-afetiva? Uma criança poderia se desenvolver de forma saudável com pais do mesmo sexo? E no dia das mães ou dos pais como seria? A partir desses questionamentos que se apresentaram de modo explícito ou implícito, nomeamos este campo.

A hesitação entre o normal e o anormal (patológico) pode ser vista nas falas de alguns participantes, como é o caso da participante 15: *“... ela teria dois pais e não um pai e uma mãe, isso não seria normal... Isso seria normal já que existem vários casais homossexuais que tem filhos”, “Acredito que seria igual uma criança com pai e mãe não? – E eu sei?”* (participante 16), *“... eu acho completamente normal”, “Essa criança teria uma vida muito diferente da normal”* (participante 19).

Eis a questão! Esse trecho do título que dá nome ao segundo campo nos conduz à complexidade da tarefa dos participantes se colocam ao refletir sobre o que é normal e o que não é, espelhando a ambivalência implícita ao preconceito contra a homoparentalidade. Pelo fato de carregar em seu bojo

outro preconceito, aquele que se refere à homossexualidade, a homoparentalidade tem sido a configuração familiar que mais polêmica traz ao debate contemporâneo.

O conceito organizador desse campo é o da normalidade como versão de seu oposto – a patologia. Normalidade vem de norma que nos remete a conceitos de doutrina, regra, regulamento, lei. Segundo o dicionário de Psicologia de Doron & Parot (2002) normalidade também pode ser considerada como ausência de patologia. “A normalidade se opõe à patologia e ambas inevitavelmente implicam referencia a valores” (p. 542).

Freud (1935), em resposta a uma carta escrita de uma mãe americana sobre a homossexualidade de seu filho, reconhece que esta não era seguramente uma vantagem (se referindo à norma social), mas que tal condição não deveria ser motivo de constrangimentos, justificando-se ao citar grandes personalidades antigas e contemporâneas, como Platão, Da Vinci, Michelangelo, dentre outros e finalizando com a afirmação de que era uma grande injustiça e crueldade perseguirem homossexuais.

Nesta carta vemos um Freud distante daquele que em sua obra “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) caracterizava a homossexualidade como uma perversão ou inversão sendo em um caso vista como desvio de objeto e em outro como desvio de objetivo, figurando junto ao fetichismo, masoquismo, exibicionismo, pedofilia, zoofilia, entre outros.

A discussão sobre a normalidade ou a patologia da homossexualidade foi longa e se encerrou quando a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou a homossexualidade do DSM (Manual Estatístico e Diagnóstico de

Doenças Mentais) nos anos 70, abrindo caminho para a despatologização. Entretanto percebemos uma nova problematização da homossexualidade, quando o foco da discussão central se desloca para à homoparentalidade.

A própria Psicanálise ainda hoje contribui com o que Michel Tort (1999) chama de “*Homophobies psychanalytiques*” (Homofobias psicanalíticas). Este termo foi veiculado em um artigo publicado pelo jornal francês *Le Monde*. Perelson (2006) refere este artigo comentando que o título já revela uma denúncia de seu autor contra a Psicanálise, argumentando que esta se auto-ortogou o lugar de guardiã das boas condições de subjetivação, associando-as à manutenção da estrutura familiar calcada na heterossexualidade dos pais. Essa homofobia psicanalítica é compreendida por Perelson como uma adaptação da posição da Igreja Católica à ordem simbólica lacaniana. Lembramos que a ordem simbólica é um conceito criado por Jacques Lacan para designar uma norma que vincula a filiação à diferenciação sexual, sendo esta vista como fundamental para que a triangulação edípica freudiana tenha lugar. Outra denúncia contra a homofobia reaparece anos mais tarde em Roudinesco (2003):

Quando os casais homossexuais franceses tiveram em 1999 [...] um primeiro reconhecimento legal de sua vida comum, certos psicanalistas lacanianos adotaram, assim como seus colegas da IPA⁷, uma posição de especialistas. Sem nada conhecerem das experiências americanas, lançaram-se em uma furiosa cruzada contra aqueles que acusavam de serem adeptos de uma grande ‘dessimbolização’ da ordem social, ou ainda os responsáveis por uma nova tentativa de supressão da diferença sexual (p. 193).

⁷ International Psychoanalytical Association.

Perelson (2006) Tort (1999) e Roudinesco (2003) alinham-se a outros psicanalistas como Prokhoris e Parseval, cujas ideias e argumentações científicas contrariam o rol de psicanalistas, especialmente os lacanianos, que se opõe à homoparentalidade. Defendem a ideia de que os homossexuais podem e têm o direito de ter um filho.

Nesse sentido nem mesmo as teorias científicas estão isentas de preconceitos por parte dos teóricos que as constroem. O ideal de neutralidade da psicanálise esta bem longe de ser alcançado, seja na clínica ou na pesquisa. A ciência honesta, a nosso ver, é aquela que reconhece suas limitações.

Campo III: Filhos para quê?

Percebemos em um grupo de narrativas de nossos participantes um questionamento dos motivos pelos quais um casal homossexual desejaria ter um filho. O título desse campo ilustra a dúvida que se faz acompanhar de sentimentos de indignação e reprovação no que se refere à proposta homoparental.

Mobilizada pelo conflito diante do desejo parental, uma participante preferiu tecer a narrativa apenas de perguntas, formato que lhe permitiu expressar suas ideias sem comprometer-se. Observamos o mesmo interrogar em outras narrativas dos participantes: “*Qual a motivação desse casal em ter um filho? Satisfazer um desejo?*”, talvez como forma velada de interpelar o desejo homossexual.

Pretto (2010) aponta o desejo onipotente como um dos motivos que levam as pessoas a ter filhos, ou seja, desejo que a pessoa tem de conservar uma imagem idealizada de si mesma; desejo de se duplicar e realizar seus próprios ideais. Freud (1914/2006) reconhece o desejo narcísico dos pais que:

Sentem-se inclinados a suspender, em favor da criança, o funcionamento de todas as aquisições culturais que seu próprio narcisismo foi forçado a respeitar, e a renovar em nome dela as reivindicações aos privilégios de há muito por eles próprios abandonados. (pp. 97-98).

E Freud (1914/2006) continua sua descrição sobre o amor parental dizendo que a criança se divertirá mais que seus pais; não ficará sujeita as necessidades que os pais consideram como essenciais na vida e, além disso, a criança concretizará sonhos que seus pais jamais realizaram. Freud conclui que o afeto que os pais dedicam a seus filhos se sustenta pela contínua renovação do narcisismo parental, há muito tempo abandonado.

A imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança. O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior. (p.98).

Pretto (2010) afirma que esse desejo narcísico é satisfeito nas mulheres tanto pela gravidez como pela existência da criança, sendo que predomina o desejo pela gravidez, pois ao estarem grávidas as mulheres sentem-se plenas e completas. Esse desejo de plenitude talvez participe das razões pelas quais as lésbicas optam mais por procedimentos médicos, como a inseminação

artificial, em detrimento da adoção (método de filiação mais comum em casais homossexuais masculinos). Porém, não podemos ignorar a impossibilidade biológica de homossexuais masculinos, ainda que desejarem gerar um filho no interior do próprio corpo.

Será que esse desejo de gerar um filho é exclusivamente feminino? E caso a medicina evoluísse e permitisse aos homens gerar uma criança em seu corpo eles também ansiariam pela completude associada à gravidez? Seria a existência de um útero que permitiria às mulheres sonhar com a gravidez ou este desejo nasce de um outro – o desejo de que nossos filhos carreguem nossas características, alimentando nosso desejo de imortalidade?

Nessa linha de raciocínio, Magalhães (2004) acredita que existe uma fantasia de vida intra-uterina anterior à gestação. Essa fantasia pode ocorrer tanto em homens quanto em mulheres, pois esse útero a que a autora se refere, não é o órgão feminino em si, trata-se do útero que existe no campo da fantasia. Para Magalhães essa fantasia pertence ao Complexo de Édipo.

“Este sujeito desejante de um filho é filho de uma história, de uma estrutura, de formas de relação, de projetos e desejos que, por sua vez, são preexistentes a ele” (Magalhães, 2004 p. 53).

Depreendemos, portanto, que antes mesmo de concebermos um filho, ele é concebido psiquicamente. Esse filho já existe em nosso “útero psíquico”, quando imaginamo como ele vai ser, adivinhamos suas características antecipamos as etapas de seu desenvolvimento, podendo torna-se realidade ou não.

Quando um dos participantes abre um espaço para discutirmos o desejo de um filho, ilumina a parentalidade na contemporaneidade: “*Mesmo com o processo de ‘adquirir’ um filho seja realizado, temos que pensar também como ele iria crescer*”, demonstrando o quanto esse filho é visto como mercadoria no contexto de um universo capitalista que hoje rege. Amazonas & Braga (2006) também entendem o desejo por um filho, nos dias atuais, como mais uma forma de consumo, tanto de tecnologias como de pessoas, contexto em que o filho figura como objeto a que todos têm direito, inclusive os homossexuais.

Vivemos em uma sociedade em que o principal eixo da subjetividade é forjado pela imagem a qual é ditada por interesses mercadológicos em que é necessário consumir a qualquer custo sob o risco de desaparecermos (Amazonas & Braga, 2006).

Visto como desejo narcísico de ter uma “versão elaborada” de si mesmo, ou como mercadoria o desejo homoparental pode estar também comunicando uma necessidade de reconhecimento social: “*Então se somos capazes é só o que falta para o ‘final feliz’*” nas palavras da participante 11 ou “*Rodrigo estava ansioso para que pudesse ter uma família*”, conforme a participante 5. Nosso grupo de participantes revela o imaginário sobre o final feliz para um casal homossexual que legitimados como casal, jurídica e socialmente, poderiam ter o filho que os lançariam à condição de família “normal” traduzindo seu desejo de inclusão social.

Amazonas & Braga (2006, p.181) lembra que devemos levar em consideração que no processo de identificação “os grupos sociais que se situam assimetricamente em relação ao poder disputam não só o poder de definir as

identidades, mas, ao mesmo tempo, o acesso a outros recursos simbólicos e materiais da sociedade”. Para as autoras reivindicar um filho dá aos homossexuais a capacidade de afirmar suas identidades e suas diferenças, ao mesmo tempo em que se incluem na sociedade mais ampla, tendo inclusive acesso a benefícios sociais.

Campo IV: Psicólogo, o todo poderoso

Já este quarto campo nos permitiu abordar a questão do imaginário coletivo dos estudantes de Psicologia sobre o papel do psicólogo. Este campo é caracterizado pelo desejo onipotente do psicólogo que pretende curar ou “consertar” seus pacientes, postura que podemos depreender desta vinheta, retirada da narrativa de um participante:

“Nós podíamos procurar o acompanhamento de um psicólogo desde o início para que ela possa compreender... talvez devêssemos ter um acompanhamento o quanto antes...”

A imagem do psicólogo onipotente pode estar na base da escolha dessa carreira. Um estudo realizado por Bastos e Gomide (1989) revelou que a motivação dos psicólogos pela escolha profissional se amparava em um grande interesse por questões humanitárias, ou seja, seus motivos eram inicialmente altruístas, como conhecer e ajudar os outros, mas visavam suprir necessidades “egoístas” como autoconhecimento, crescimento pessoal e solução de problemas.

Bock (1997) afirma que a onipotência do psicólogo pode ser evidenciada pela busca do equilíbrio ou da felicidade, desejo de ajuda ao outro e uma

finalidade de adaptação, ou seja, o psicólogo pensa ter em suas mãos o poder de transformar infelicidade em felicidade, intervindo, acompanhando, e transformando a vida humana.

Já Gallo-Belluzzo (2011) confirma o desejo consciente e inconsciente do psicólogo curar, resolver todas as angústias, ser aquele que tem a solução para todo e qualquer sofrimento. A autora se questiona se seria mesmo necessário “consertar” os pacientes e que isso poderia revelar uma fratura na onipotência do bebê que nós, psicólogos, um dia fomos.

Winnicott (1968/1988) afirma que o bebê só pode experimentar a frustração a partir da experiência de onipotência inicial, revelando-se esta como etapa inicial do desenvolvimento: “*Não é a partir da sensação de ser Deus que os seres humanos chegam à humildade característica da individualidade humana?*” (p.90).

Concluimos que um extenso caminho de maturidade profissional precisa ainda ser percorrido para que estes estudantes cheguem à constatação de que o psicólogo é um ser humano e como tal tem dúvidas, receios, anseios e até mesmo preconceitos. Para atingir uma postura de humildade que é o resultado da obtenção de um *status* adulto e maduro, como propõe Winnicott (1968/1988), é necessário ser suficientemente onipotente, imaginar ser o criador do mundo. As produções imaginativas desses estudantes de Psicologia apontam para a relevância de se abrir um debate sobre a formação e a prática do psicólogo na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa percorremos o imaginário coletivo de estudantes de Psicologia em seus primeiros anos do curso de graduação, interrogando-os sobre as imagens que cercam a homoparentalidade. Como psicanalistas e pesquisadores da área do cuidado materno, não poderíamos nos furtar ao estudo da homoparentalidade, em termos da ressonância afetivo-emocional que tal proposta pode provocar nas pessoas. E com esse objetivo propusemos este estudo exploratório, que nos pareceu pertinente e desafiador por abarcar concepções contemporâneas sobre a parentalidade, a homossexualidade, a homoparentalidade e a demanda de adaptação das práticas profissionais às novas realidades clínicas que se apresentam.

Os campos de sentido criados/encontrados iluminam as principais questões apontadas por nosso grupo de participantes quando tiveram diante de si a difícil tarefa de refletir sobre os desafios que a homoparentalidade nos coloca. O preconceito contra o homossexual e sua suposta cura pelo amor, a questão da normatização das condutas e seu efeito perverso na clínica, o desejo de ter filhos em tempos que pouco tempo temos para eles, e o papel do psicólogo frente às demandas de felicidade e alívio rápido do sofrimento – desafios que em breve farão parte do cotidiano desses estudantes.

Discutindo a pesquisa notamos que o imaginário desses estudantes sobre a homoparentalidade revela o imaginário sobre a homossexualidade, o qual tende a se situar em um destes dois polos: Amor/aceitação incondicional X Preconceito/repulsa incondicional. Porém é possível perceber pelas narrativas dos participantes que movimentos para uma reflexão social já são uma realidade, ainda que por mau uso, a ciência e a psicanálise sejam tomadas como justificativa para o preconceito de alguns intelectuais.

Acreditamos que os estudos sobre a contemporaneidade e suas evoluções contribuem para a reflexão social e científica, bem como a criação de novas políticas públicas que atendam as novas demandas sociais. A nosso ver o bom uso da ciência implica em que não nos deixemos guiar por nossas crenças e preconceitos, a fim de produzir um conhecimento que seja eticamente responsável e torne nossa sociedade mais justa. As produções imaginativas de nossos participantes sinalizam a importância de se abrir o debate sobre a homoparentalidade e sobre o papel do psicólogo frente a essa nova configuração familiar.

Sendo assim, para além dos horizontes da pesquisa, pensamos ter plantado uma semente de reflexão sobre o uso que fazemos de nossa prática profissional para justificar condutas pré-concebidas, preconceituosas e excludentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aiello-Vaisberg, T.M.J & Machado, M.C.L. (2008) Pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos à luz da teoria dos campos. In: Monzani J.M. & Monzani L.R(org). *Olhar: Fábio Herrmann – uma viagem psicanalítica*. pp. 311-324. São Paulo: Pedro e João Editores, CECH-UFSCar.
- Aiello-Vaisberg, T.M.J & Ambrosio, F.F. (2006). Imaginários coletivos como mundos transicionais. In: Aiello-Vaisberg, T.M.J & Ambrosio, F.F.(org). *Cadernos ser e fazer*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Amazonas, M.C.L.A & Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora*, 5 (2), 177-191.
- Ariès, P. (1914-1984). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Badinter, E. (1993). *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.
- Barus-Michel, J.;Enriquez, E.; Levy, A., (2006). *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: Climepsi.
- Bastos, A.V.B & Gomide. P.I.C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 9 (1), pp. 6-15.
- Belinsky, J. (2007). *Lo imaginário: Un estudio*. Buenos Aires: Nueva Visión.

- Benjamin, W. (1992). O Narrador: Reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In: W. Benjamin. *Sobre arte, técnica, linguagem e política* (pp. 27-57). Lisboa: Relógio D'água. (Original publicado em 1936).
- Bleger, J. (1989). *Psicologia da Conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1963)
- Cadoret, A. (2003). *Padres como los demás*. Barcelona: Gedisa.
- Costa, J. F. (1983). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- Castoriadis, C. (2007) *A Instituição imaginária da sociedade*: Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Doron, R. & Parot, F. (2002). *Dicionário de Psicologia*. São Paulo: Editora Ática. (Original publicado em 1991).
- Faiman, G (2010) La parentalidad homosexual. In Rotenberg, E &Wainer, B.A *Homoparentalidades: Nuevas familias*. (pp. 191-200). Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Farias, M. O &Maia, A.C.B (2009). *Adoção por homossexuais: A família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica*. Curitiba: Juruá Editora.
- Flaquer, L. (1999). *La estrella menguante del padre*. Barcelona: Ariel.
- Formiga, N. S.; Omar, A. G. &Vaamonde, J. D. (2009) Atitudes frente aos grupos minoritários brasileiros: Análise fatorial confirmatória e modelagem de equação estrutural: *Encontro: revista de Psicologia*. Valinhos/São Paulo 7(17) p. 71-84.

- Freud, S (1935/1951). Letter to an American mother. In: *American Journal of Psychiatry*, 107, p.787 (publicado em 1951).
- Freud, S. (1923[1922]/2006) " Dois verbetes de enciclopédia : Psicanálise e Teoria da Libido" In: Edição *standard* brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud. (Vol.XVIII p.253-274.). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1921/2006). *Psicologia de grupo e análise do ego*. In Edição *standard* brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud. (Vol. XVIII p. 79-154) Rio de Janeiro: Imago
- Freud, S. (1914/2006). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. In Edição *standard* brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud. (Vol. XIV p. 81-108) Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1905/2006) "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", Edição Standard Brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro, Imago.
- Göran, T. (2006). *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto.
- Gallo-Belluzzo, S.R (2011). O imaginário de estudantes de Psicologia sobre o primeiro atendimento clínico: Um estudo psicanalítico. Tese de doutorado. Puc-Campinas
- Granato, T. M. M., Corbett, & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011) Narrativa Interativa e Psicanálise. *Psicologia em Estudo*. Maringá, 16(1), p. 157-163.

- Granato, T. M. M., Tachibana, M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativas interativas na investigação do Imaginário coletiva de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. *Psicologia & Sociedade*, 23 (spe), 81-89.
- Herrmann, F. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Johnson, S. M., & O'Connor, E. (2002) *The gay baby boom: The psychology of gay parenthood*. New York: New York University Press.
- Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do mundo masculino na família, In M.C.M Comparato, & D.S.F Monteiro,. (org). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Le Goff, J (1985). *L'imaginaire medieval*. Paris: Gallimard.
- Levy, L (2011). Novas formas de vincularidades: Novas famílias. Apresentação feita no I Encontro Brasileiro da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e Família – Diálogos de 30 de setembro de 2011 a 01 de outubro de 2011.
- Maanen, J. V. (1979). Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. *Administrative science quarterly*, 24 (4), 520-526.
- Magalhães, M.C.R. (2004). Narcisismo primário e o desejo. *Pulsional: revista de Psicanálise*, 178 (7),52-61
- Maldonado, M. T. (2001). *Os caminhos do coração: pais e filhos adotivos*. (5 ed.). São Paulo: Saraiva

- Martinez, A. L. M. & Barbieri, V. (2011). A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. *Estudos de Psicologia*, 28 (2), 175-185.
- Mello, L. (2005). *Novas famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Moguillansky, R., & Nussbaum, S. L. (2011). *Psicanálise vincular: Teoria e Clínica*. São Paulo: Zagodoni.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica* 17(2), 31-40. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-56652005000200003.
- Patterson, C. J. (2006). Children of lesbian and gay parents. *Association for Psychological Science*, 15 (5), 241-243.
- Patterson, C. J. (2005). *Lesbian & gay parenting*. Washington D.C: Association for Psychological Science.
- Perelson, S. (2006) A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Revista estudos feministas*. 14 (3), 709-730
- Peres, A. P. B. (2006). *A adoção por homossexuais: fronteiras da família na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Pinheiro, V.P.G (2011). Preconceito, moralidade e educação moral para a diversidade. *Revista Brasileira de Educação*, 46 (16), 215-233.

- Politzer, G. (1994). *Crítica dos fundamentos da Psicologia*. São Paulo: Unimep.
(original publicado em 1928)
- Prado, D. (1981). *O que é família?*. São Paulo: Brasiliense.
- Pretto, J. P. (2010). A influência do desejo parental nas altas habilidades/superdotação: Uma abordagem psicanalítica. *Revista CEFAC*, 12 (5) 859-869.
- Richardson, R. J. et al. (1999). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1997) *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. 1998.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rotenberg, E & Wainer, B.A (2011). *Homoparentalidades: Nuevas familias*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Samara, E. M. (2002). What has changed in brazilian families?: From colony to the present. *Psicol. USP. São Paulo*, V.13, n.2.
- Silva, E. (1 de Junho de 2001). Abordagens familiares. *Jornal Brasileiro de Dependências Químicas*. V.2 .
- Tort, M. (1999). Homophobies psychanalytiques. *Le monde*. 15 oct.
- Uziel, A. P. (2002). *Família e Homossexualidade: velhas questões, novos problemas*. Tese Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.
- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e Adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Vieira, R. S (2011). *Homoparentalidade: Estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP).
- Wainer, B.A (2010) La parentalidad homosexual. In: E. Rotenberg, & B.A Wainer, *Homoparentalidades: Nuevas familias* 2 ed. (pp. 191-200). Buenos Aires: Lugar Editorial
- Wildlöcher, D. (2010). Distinguishing Psychoanalysis from Psychotherapy. *International Journal of Psychoanalysis*, 91, 45-50
- Winnicott, D. W (1945/1999). E o pai?. In: D. W. Winnicott, *A criança e seu mundo* (pp. 127-133). Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1945)
- Winnicott, D. W (1949/2000). A mente e sua relação com o psicossoma. In: D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 332-346). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1949)
- Winnicott, D. W (1956/2000). A preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 399-405). Rio de Janeiro: Imago.(Original publicado em 1956)
- Winnicott, D. W. (1957/1999). A contribuição da mãe para a sociedade. In: D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 117-122). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1957)
- Winnicott, D. W (1960/1999). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 38-54). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1960)

Winnicott, D.W. (1964/1982). Um homem encara a maternidade. In D.W. Winnicott. *A criança e o seu mundo* (6ª ed., pp.15-18). Rio de Janeiro: Editora LTC. (original publicado em 1964)

Winnicott, D.W. (1967/1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In D.W. Winnicott. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora (Original publicado em 1967)

Winnicott, D. W (1968/1988). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências. In D.W. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes (original publicado em 1968).

Winnicott, D.W (1971/1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago

Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12 (26), 123-147.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo é o consentimento de duas partes envolvidas em um processo de pesquisa científica. De um lado, o psicólogo Thiago Jurado, pesquisador associado ao grupo de pesquisa “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: intervenção e prevenção” da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, está realizando uma pesquisa intitulada "**PRODUÇÕES IMAGINATIVAS SOBRE A HOMOPARENTALIDADE ATRAVÉS DE NARRATIVAS INTERATIVAS**", e de outro participantes adultos voluntários que, neste caso, representariam a outra parte envolvida.

Optamos por realizar este estudo ao observar que a família contemporânea ocidental está sofrendo expressivas transformações enquanto seu modelo nuclear tradicional. A família homoparental é uma das mais revolucionárias uma vez que esta destitui um princípio fundamental na constituição do grupo familiar: a diferenciação sexual. No Brasil esses novos modelos têm suscitado preconceitos e questionamentos sobre a capacidade de uma família se constituir fora dos padrões tradicionais e ser capaz de produzir indivíduos saudáveis

Temos como principal objetivo investigar o imaginário coletivo de estudantes de Psicologia a respeito deste novo modelo familiar que é a homoparentalidade. Tal estudo visa produzir conhecimentos psicológicos e que possam vir a beneficiar indivíduos e grupos, bem como profissionais que estão direta ou indiretamente envolvidos com o cuidado infantil ou o cuidado da família. O tema da homoparentalidade é reconhecidamente importante, uma vez que se já se apresenta como questionamento social em nossa sociedade.

A tarefa de cada participante consiste no complemento de uma história de vida, apresentada pelo pesquisador, em uma única entrevista individual. Tais histórias serão registradas por escrito pelos participantes e posteriormente consideradas à luz do método psicanalítico. A escrita das histórias será seguida de reflexão sobre o tema abordado pela narrativa do pesquisador.

Consideramos esta pesquisa como de risco mínimo, uma vez que não serão utilizados procedimentos que exponham os sujeitos a situações adversas ou a riscos maiores que os enfrentados em seu cotidiano.

A participação é totalmente voluntária, podendo o participante se recusar a participar ou retirar o seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem penalização ou prejuízo, assim como impedir a inclusão de suas comunicações na pesquisa.

Eu, _____, declaro estar ciente dos objetivos e métodos desta pesquisa, assim como declaro minha participação voluntária na mesma, autorizando a inclusão da minha história na investigação, respeitadas as condições de sigilo, privacidade e o direito de avaliar o material transcrito, nos termos acima descritos. Também estou ciente de que poderei me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo à minha pessoa.

Assinatura _____ do Participante:

Assinatura _____ do Pesquisador:

Em caso de dúvidas ou queixa, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa - PUC-CAMPINAS, Rodovia Dom Pedro I, Km 136, Parque das Universidades, Campinas/SP Telefone (019) 3343-6777.

É possível entrar em contato com o pesquisador através do telefone (19) 9229-1651 ou (11) 6928-7656 para quaisquer esclarecimentos.

Thiago Jurado

thiago.jurado@ymail.com